

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

**Flexionando as letras: A participação da Veja na legitimação do golpe de 2016
(2014-2016)**

João Octavio França Teixeira

Pelotas, 2024

João Octavio França Teixeira

**Flexionando as letras: A participação da Veja na legitimação do golpe de 2016
(2014-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Edgar Avila Gandra

Pelotas, 2024

T266f Teixeira, João Octavio França

Flexionando as letras [recurso eletrônico]: a participação da Veja na legitimação do golpe de 2016 (2014-2016) / João Octavio França Teixeira; Edgar Avila Gandra, orientador. — Pelotas, 2024.

89 f.: il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Imprensa. 2. Revista veja. 3. Neogolpe. 4. Golpe de 2016. I. Gandra, Edgar Avila, orient. II. Título.

**Flexionando as letras: A participação da Veja na legitimação do golpe de 2016
(2014-2016)**

Dissertação/Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre/Doutor em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Veterinária, Faculdade de Veterinária, Universidade Federal de Pelotas.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Edgar Avila Gandra (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcus Cesar Borges da Silveira
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte
Doutor em Relaciones Internacionales pela Universidad Nacional de la Plata

Prof. Dr. Javier Eduardo Silveira Luzardo
Doutor em Letras pela Universidade Católica de Pelotas

Dedicatória

Dedico essa dissertação a minha mãe, pois ela foi quem sempre lutou e se esforçou para que pudesse garantir o meu acesso aos estudos e chegar à universidade.

Agradecimentos

A minha mãe, grande incentivadora para eu não desistir dos meus sonhos.

Aos meus queridos professores, por não desistirem de mim e sempre me incentivarem.

Ao meu irmão e ao meu pai, por me ajudarem sempre que necessário.

E a todos, aqueles que durante essa jornada tive o privilégio de conhecer.

Epígrafe

Deal with it

If I told you the truth it would be a lie

Deal with it

If I told you the truth it would be a lie

Permanent High Scholl- The Voidz

Resumo

TEIXEIRA-FRANÇA, João Octavio. **Flexionando as letras: A participação da Veja na legitimação do golpe de 2016 (2014-2016)** 2022. 30f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Esse trabalho busca refletir sobre a complexidade do Golpe político implementado em um momento conturbado da política brasileira contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, iremos refletir tal complexidade através das *cartas ao leitor* da revista *Veja*. Observa-se, nesse contexto, a dinâmica que envolve interesses nas seguintes perspectivas econômica, sociais e políticas que acabaram por permitir e legitimar a ação na democracia brasileiras que estava fragilizada, caracterizada por um conjunto de fatores na ordem do discurso que favoreceram ações “extralegais” no cenário de crise política.

Com isso, escolhemos analisar esse prisma em um veículo de imprensa brasileira que teve significativa participação nesse momento e que serviu de apoio e legitimação do referido golpe supracitado. Para esse fim, compartimentamos esse capítulo em três momentos interligados. No primeiro iremos historiar o tensionado momento político e o papel social do referido periódico. No segundo faremos um debate teórico sobre política brasileira e imprensa e no terceiro tentaremos apresentar a complexidade de “motivações” que desvelam a ação da VEJA no contexto em apreço.

Palavras-chave: imprensa; revista veja; neogolpe; golpe de 2016.

Abstract

TEIXEIRA-FRANÇA, João Octavio. **Flexing the letters: See's participation in the 2016 (2014-2016) 2022 coup legitimisation**. 30f. Dissertation (Master in History) - Graduate Program in History, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

This work seeks to reflect on the complexity of the political coup implemented in a troubled moment of Brazilian policy against President Dilma Rousseff in 2016, we will reflect such complexity through letters to the reader of *Veja* magazine. In this context, we observe the dynamics that involves interests in the following economic, social and political perspectives that eventually allowed and legitimized action in Brazilian democracy that was weakened, characterized by a set of factors in the order of discourse that favored "extralegal" actions in the political crisis scenario.

With this, we chose to analyze this prism in a Brazilian press that had significant participation at that time and that served as support and legitimization of the aforementioned coup. To this end, we divide this chapter into three interrelated moments. In the first we will discuss the tense political moment and the social role of this journal. In the second we will make a theoretical debate about Brazilian politics and press and in the third we will try to present the complexity of "motivations" that unveil the action of *VEJA* in the context under consideration.

Keywords: press; magazine veja; neogolpe; 2016 coup.

Sumário

1	Introdução.....	12
2	Contexto político e o Partido dos Trabalhadores no cenário do Brasil recente...22	
2.1.	Embasamento para o debate frente a revista Veja.....	33
3	A Veja em tela: perspectivas de análise sobre o discurso da revista.....	40
3.1.	A importância da Revista Veja no cenário político nacional	44
3.2.	As cartas ao Leitor de Veja.....	51
4	Considerações finais.....	76
5	Fontes.....	86
6	Referências.....	86

1 Introdução

Este trabalho pretende refletir sobre a complexidade do Golpe Político ocorrido em um momento conturbado da política e democracia brasileira, que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Um dos aspectos da complexidade do referido golpe está presente na atuação da Grande Imprensa. A partir desse aspecto de análise escolhido iremos realizar nossa pesquisa dando ênfase as cartas ao leitor publicadas na revista Veja.

Cabe refletir, brevemente, sobre a imprensa brasileira que possui longa trajetória de interação junto à política no contexto nacional. Digno de nota que essa trajetória iniciada no ano 1808, com a vinda da família real, que inaugura a imprensa Régia por iniciativa oficial (Souza, 2014). Essa iniciativa permitiu um desenvolvimento da imprensa em território nacional, contudo vagaroso (Armas, 2023), porém apesar dessa dinâmica, a ação dos periódicos se tornou uma realidade presente no embate político brasileiro.

A partir desse marco, a imprensa se torna um ator político, ou seja, um agente histórico decisivo durante o século XX e contemporaneamente (Armas, 2023), como comprovação disso temos evidências históricas que nos permitem vislumbrar, que os periódicos têm forte relevância no cenário brasileiro e nas dinâmicas políticas e sociais, como exemplo durante o Estado Novo de Getúlio Vargas a criação da DIP (Departamento de imprensa e propaganda), que tinha como função censurar os periódicos e garantir a imagem positiva de Vargas. E mais tarde ao longo da ditadura militar iniciada em 1964, que teve três fases a censura¹ a lei de imprensa de 1967, censura prévia e autocensura.

A relevância e peso político da imprensa na história brasileira é algo muito presente no desenvolvimento do Estado e seu estabelecimento, havendo esforço

¹ Censura nos meios de comunicação: A imprensa foi alvo da censura durante a ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964, que assumiu múltiplas formas: a lei da imprensa de 1967, a censura prévia, em 1970, a autocensura. Disponível em: <

estatal desde o princípio de cercear a liberdade ou impor obstáculos para seu desenvolvimento, nas diferentes etapas da História.

Nesse sentido, escolhemos analisar o contexto que desencadeia o golpe de 2016 a partir do prisma da imprensa brasileira, que entendemos como muito significativo no momento e que serviu de apoio e legitimação, no nosso entender, do referido golpe e o estabelecimento de um outro governo.

Inicialmente iremos destacar conceitos para auxiliar nossa reflexão, dessa forma, ressaltamos o imaginário social apresentado por José Murilo de Carvalho, que consiste nas representações coletivas, ou seja, mitos, símbolos e crenças compartilhadas em uma sociedade, contribuindo para a definição e estabelecimento de formas que auxiliam na compreensão e interpretação da realidade nos meios sociais, políticos e culturais que estão inseridas. Assim buscando compreender questões que marcaram frente o imaginário de parte da população quanto ao PT no poder, destacando o movimento até o impeachment de Dilma Rousseff.

Assim buscando relacionar essa dinâmica com a construção de visão de mundo que serve de base para respaldar ações e instituições, que possuem sua sustentação nos símbolos e significados que são compartilhados, ou seja, que segundo José Murilo de Carvalho significa compreender a política brasileira para além das instituições formais.

Nesse sentido, as concepções de imaginário social estão ligadas a maneira a qual os indivíduos vislumbram o Estado, poder e sua função na sociedade. Sendo assim não apenas mero reflexo da realidade, assim sendo também um agente vivo que constitui a construção social e política, tecendo influência na dinâmica entre indivíduos e poder.

Tais concepções nos auxiliam na leitura dos meios de comunicação, como um provedor de construção de imaginário social, pois possuem papel intrínseco na sociedade de mediador no cotidiano e das atualidades que se relacionam aos indivíduos e suas vidas. Ou seja, os impressos possuem funções sociais (LUCA, 2008).

Ao destacarmos que os periódicos possuem função social, nos cabe evidenciar como esses se encaixam em uma dinâmica que caracteriza um golpe,

assim para auxiliar na compreensão de golpe de Estado entramos na seara interpretativa dos golpes de novo tipo e aqui escolhemos o conceito de neogolpe de Leonardo Valente Monteiro, essa perspectiva traz uma nova leitura quanto aos golpes de Estado que ocorreram durante os períodos de 1960 e 1970, ou seja, o neogolpe não utiliza as forças armadas para a tomada do poder ao invés disso se utilizam de outros meios para a deposição de presidentes eleitos utilizando um conjunto de fatores e mecanismos que incluem ações nos meios legislativos, judiciais e a convivência dos meios de comunicação. Essa ação possui um objetivo que é colocar as elites conservadoras no poder.

Assim, Monteiro identificou como os principais casos: Honduras em 2009 contra Manuel Zelaya; Paraguai em 2012 Fernando Lugo; e Brasil 2016 Dilma Rousseff. Estão inseridas em um contexto no qual as forças conservadoras utilizam a institucionalidade democrática para remover governos progressistas. Assim estabelecendo um novo marco entre os inúmeros golpes na América - Latina.

Nesse processo a aparência de legalidade tem grande importância, por isso o destaque a institucionalidade, mas essa sozinha não consegue aderência suficiente para o estabelecimento do golpe é preciso um conjunto de fatores, que incluem baixa popularidade dos governos (MONTEIRO, 2018), a aparente legalidade, acordo entre as forças parlamentares junto ao apoio popular à destituição (MONTEIRO, 2018), apoio da mídia e participação efetiva, colaboração ou omissão da mais alta corte do Poder Judiciário no processo (MONTEIRO, 2018).

Até aqui apontamos alguns aspectos que auxiliam a efetivação de um Neogolpe. Dessa forma, é preciso entender como a imprensa se configura no debate contemporâneo, já que é possível pontua-la como uma característica presente no processo de derrube do governo.

Assim o debate acerca da demarcação do tipo de imprensa que estamos abordando, encontra-se na compreensão estabelecida por Maria Helena Capelato de Grande Imprensa, que é constituída pelos principais meios de informação como jornais e veículos de comunicação, esses meios acabam por atuarem como mediadores exercendo um papel de agente político, o que influencia a percepção coletiva de fatores econômicos e políticos, o corpus dessas acepções são de origem

Gramsciana tendo como base os debates teóricos de hegemonia e aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, a argumentação de Capelato (1988) reconhece a imprensa como um mediador, que, contudo, não é isento, assim estabelecendo uma ação ideológica que favorece certos discursos e práticas. Também revela que esse alinhamento é estabelecido com a elite política e econômica brasileira. Como exemplo Maria Helena Capelato (1988) demonstra como a imprensa atuou durante o golpe de 1964 destacando que a mídia brasileira teve papel central para a difamação do então presidente João Goulart e na promoção do regime militar que veio a posteriori.

Junto as contribuições citadas cabem também utilizarmos, Tania Regina de Luca (2008) que possui um texto clássico na literatura do fazer historiográfico, o *“História do nós e por meio dos periódicos”*, traz a tona a discussão da relação do papel que os periódicos possuem no campo de pesquisa historiográfico, devido sua relação de serem fonte e objeto no processo. Junto a isso tece colaborações acerca de como os estudos com periódicos devem ser encarados, para além de simples transmissores, mas como agente político ativo inseridos diretamente na circulação e produção de linhas discursivas que auxiliam em dinâmicas de cada época que se propõe a ser estudado, assim como podemos dar destaque no golpe de 2016.

Tendo em perspectiva o alinhamento da imprensa ao setores da elite política e econômica (CAPELATO, 1988), e a necessidade de uma abordagem mais profunda da imprensa (LUCA, 2008), é preciso colocar em perspectiva qual o panorama ideológico que se apresenta nessa dinâmica política que envolve a imprensa, no nosso caso dinâmica inserida no que resultou no golpe de 2016 que escolhemos analisar pelo prisma da revista *Veja*, assim cabe ressaltar qual o alinhamento ideológico está figurando dentro desse contexto que é o neoliberalismo. Aliás, como se verá ao longo desse trabalho essa questão econômica vinculada a uma dimensão política da direita, mesmo sendo coesa na perspectiva de derrube do governo, não conseguiu manter uma unidade posteriormente durante a chegada da aliança conservadora ao poder após 2018.

Como destacado por Capelato (1988), existe uma relação da grande imprensa com as elites econômicas e políticas, a teoria dos grupos de Mancur Olson (1965) nos serve linha auxiliar para compreender como está estabelecido este alinhamento,

assim buscar entender como os indivíduos agem em grupos e os impactos nas ações coletivas, ou seja, levar em consideração o impacto do cenário já que o nosso objeto não é um meio de comunicação reacionário e sim neoliberal, mas que acabou contribuindo para ascensão do conservadorismo. Assim nos auxiliando jogo político de interesses inerentes que podemos perceber em nosso objeto de estudo (Revista *Veja*), podendo destacar também a flexibilização do discurso presente no periódico.

Nesse cenário podemos refletir sobre a ideologia neoliberal, assim escolhemos as concepções de Pierre Dardot e Christian Laval (2010), esses autores argumentam que o neoliberalismo está inserido em uma relação que ultrapassa apenas a questão econômica, ou seja, para além de um conjunto de medidas de governo no setor econômico que visam privatizações e desregulamentação, mas sim uma racionalidade que serve de base de orientação que influencia aspectos da vida social, política e subjetiva, assim sendo possível apontar algumas características presentes nessa argumentação.

Primeiro, a racionalidade neoliberal, atua para além do campo econômico que molda subjetividades e comportamentos. Isso ocorre através da lógica que o neoliberalismo estabelece através da competitividade um exemplo disso é a dinâmica do empreendedorismo colocando os indivíduos para gerirem suas vidas nas dinâmicas de empresa.

Segundo, a relação entre o neoliberalismo e governamentalidade, os autores se utilizam desse conceito desenvolvido por Michel Foucault que serve para evidenciar como o poder não se estabelece apenas através do Estado mas também de instituições e práticas sociais, sendo possível relacionar ao neoliberalismo a essa dinâmica, pois este de certa forma fornece configurações e condições que atuam nos indivíduos, isso se manifesta através das instituições como escolas, igrejas e empresas que estimulam a lógica da eficiência, desempenho e competitividade.

Terceiro, o indivíduo internalizando o neoliberalismo, ou seja, assumindo para si a lógica mercadológica do sucesso e do fracasso, baseado no auto responsabilização e meritocracia, o que atribui o fracasso o erro à falta de esforço individual.

Quarto, democracia e sua crise, o enfraquecimento das relações que geram a união dos sujeitos pelo bem comum, é uma característica do avanço da racionalidade neoliberal, enfraquecimento de laços sociais, ação coletiva reduzida. Dessa maneira os interesses de mercado se sobrepõem aos direitos sociais.

Essa leitura refletida por Dardot e Laval (2010), nos permite lançar mão de um conceito mais completo e complexo, pois a leitura do neoliberalismo para além das ações economicistas, permite explorar os aspectos para além do Estado, ou seja, avaliar outras instituições que dentre dela escolhemos a imprensa.

Nessa perspectiva, podemos também evidenciar a leitura que é produzida por Wendy Brown (2019), que entra em consonância com a leitura supracitada traz a tona que há uma convergência presente entre neoliberalismo e conservadorismo, para Brown (2019) o avanço do neoliberalismo permitiu concomitantemente o avanço do conservadorismo, pela dinâmica estabelecida de redução da democracia, ou seja, redução dos direitos sociais e espaços que reforçam as práticas democráticas. Dessa maneira abrindo o caminho para políticas conservadoras, autoritárias e antidemocráticas.

Ao trazermos a tona o debate mais atual do conceito de neoliberalismo, incluindo conceito recente como o de neogolpe, junto ao recorte desta pesquisa que encontra-se entre 2014-2016, é possível evidenciar que esses aspectos colocam esta pesquisa no campo da História do tempo presente, nesse sentido iremos utilizar a compreensão da Angélica Muller e Francine Legelsky (2022), pois leva em consideração a questão dos temas emergentes e da proximidade da memória entre objeto de estudo e o pesquisador por esta muitas vezes lidando com acontecimentos que fizeram parte de sua vida.

A História do tempo presente possui uma característica destacadas por Muller e Legelsky (2022) que é a construção inacabada, ou seja, é um processo de historização que mais abre lacunas do que as preenche, pois é possível que as consequências do período estudado ainda estejam reverberando, abrindo um grande desafio metodológico, devido a existência simultânea de inúmeras interpretações que podem estar sendo geradas sobre o tema que se propõe a estudar. Isso está

intrinsecamente ligado à ausência de um distanciamento, o que nos leva a lidar com fontes e debates em construção.

Essa perspectiva nos auxilia a estudar o tema aqui proposto, devido sua proximidade e também as consequências ainda estarem reverberando no cenário político nacional e também ajudando a estabelecer a leitura da contemporaneidade e suas possíveis conexões com o passado

Esses aspectos teóricos aqui apresentados, estão alicerçados em uma primeira aproximação, o que nos dá um grau de abertura para incorporar novas perspectivas que nos permitam refinar ainda mais a análise do objeto aqui estudado e no diálogo com as fontes.

Nesse sentido, cabe apresentar os inúmeros estudos que analisam e trazem contribuições relevantes para o objeto que colocamos em perspectiva na nossa dissertação a revista *Veja*. Esses estudos nos permitem observar o universo de análises possíveis, mas também a relevância no meio acadêmico que o periódico possui na produção de escritos acadêmicos.

Assim, podemos destacar as seguintes pesquisas que abarcam o periódico em diferentes perspectivas. Primeiro podemos destacar *“O espaço neoliberal: Uma análise do discurso dos editoriais da revista Veja (1985-1989)”*, de João Paulo Rossati, onde o referido periódico é apontado como um espaço que possui uma tendência ideológica alicerçada nos princípios do neoliberalismo. Segundo *O Neoliberalismo na Imprensa Brasileira. “Estudo exploratório sobre o noticiário de economia da Revista Veja”* de Heloisa Golbspan Herchcovitch, realiza uma análise de conteúdo de 16 reportagens durante o período de 1993 em que é possível analisar que o periódico indica uma economia neoliberal para além do Brasil, mas também para o bloco latino americano. Terceiro, a tese de Carla Luciana da Silva Souza, possui uma relevante produção sobre a relação do periódico e sua ideologia, a autora dedicou sua tese para debater a temática intitulada *“Veja: O indispensável partido neoliberal”*. Quarto, Gisella Meneguelli e Carme Ferré-Pavia desenvolvem um artigo intitulado *“El Discurso De Odio Contra Dilma Rousseff Desde La Perspectiva Semiolingüística”*, tratando da perspectiva da análise discursiva da revista *Veja* e a representação misógina que o periódico reproduziu sobre Dilma Rousseff o que contribui para seu derrube ilegal.

Quinto, Rafaela Albuquerque Gonçalves desenvolveu um estudo que traz uma análise comparativa entre a revista *Veja* e a revista *Carta Capital* em seu artigo intitulado “*O Papel das Revistas Veja e Carta Capital na Formação da Opinião Pública Brasileira acerca das Manifestações Populares*”, que analisa as manifestações de 2013 às jornadas de julho sob a perspectiva dos periódicos. Sexto, Antonio Edson Alves da Silva produz um artigo intitulado “*Análise De Discurso Na Revista Veja: O Processo De Legitimação Discursivo-midiática Do Golpe De 2016*”, que realiza a análise discursiva da revista *Veja* que auxiliou na legitimação do impeachment de Dilma Rousseff. Quinto, Túlio Gonçalves Gomes e Rodrigues de Oliveira Medeiros realizam uma leitura sociológica no artigo intitulado “*Construindo e Desconstruindo escândalos de corrupção: A operação lava-jato nas interpretações da veja e carta capital*”, mais um artigo realizando um estudo comparado, mas dessa vez com olhar para um outro recorte que é a operação Lava a Jato. Sétimo, no artigo “*A Mídia Como Ator Político: Uma Análise De Textos Da Revista Veja Sobre Casos De Corrupção Política*”, escrito por Emanuel Pedro Martins Gomes e Claudiana Nogueira de Alencar é mais um dos estudos realizados com a revista *Veja*, que realizar a análise do discurso do periódico com o objetivo de encontrar a contradição da imparcialidade e a apropriação de ser a voz da população.

Esses estudos brevemente apresentados nos servem de base para a realiza nossa pesquisa nesta dissertação, pois traçam valiosas relações entre o periódico e a ideologia neoliberal e também utilizam métodos de análise discursiva que podem nos auxiliam na nossa investigação, que tem como objetivo compreender se o periódico está enquadrado nas características que definem um Neogolpe de acordo com Leonardo Valente Monteiro, essa característica que buscamos constatar, é o alinhamento da mídia hegemônica através seu discurso dando respaldo para o derrube ilegal perante a sociedade. Com isso, iremos abarcar como a revista *Veja* se encaixa nesse enredo, através de uma parte importante do periódico que é intitulada *Carta ao Leitor*, que é reconhecidamente como seu editorial segundo Carla Silva.

Com base no exposto, utilizaremos como metodologia a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme a concepção de Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi (2016). Essa metodologia situa-se entre AC (análise de conteúdo) e a AD (análise de

discurso), ou seja, uma abordagem qualitativa que nos oferece um conjunto de estruturas que nos auxilia na análise textual que são: A desconstrução do texto; definição de categorias; Unitarização; Processo de metatextualização. Teun A. van Dijk (2009) é um autor utilizado por Moraes e Galiazzi na aplicação da metodologia, van Dijk tem um vasto repertório na análise crítica textual que nos fornece uma ampla leitura de como o discurso influi, nas relações de poder, ou seja, para ele existe uma relação entre o discurso político midiático e as elites auxiliando a perpetuação no poder. Sua análise consiste em três níveis (análise multinível), texto, contexto e cognição. A partir disso entender o funcionamento é parte inerente do processo da pesquisa, ou seja, “os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes” (LUCA, 2008, p. 132), ou seja, o contexto que está inserido.

Isso significa que é de extrema necessidade ao realizar o processo de historicização, pôr em pauta os seguintes questionamentos, como fundadores, o período de circulação e seu alcance, formato, posições políticas, editoriais, período em que foi fundado e se possível compreender quem são seus financiadores. Pois os impressos se encontram em um jogo de escala que reflete “um jogo de interesses” (LAPUENTE, 2015, s.p.).

Esses questionamentos alicerçados com os suportes metodológicos, permite vislumbrar o jogo inerente presente nos periódicos, o que queremos dizer é que isso nos permite realizar a leitura do processo histórico que envolve o noticiário, pois estes meios de informação não constroem sua comunicação de maneira isenta, pois “a Imprensa age sempre no campo político-ideológico” (ZICMAN, 1985, p. 90).

Desta maneira é possível realizar uma convergência entre nossa teoria, metodologia e bibliografia, cooperando para demonstrar onde e como nosso objeto se encaixa nessa relação dentro do contexto estudado nesta dissertação. Ou seja, apresentar qual o contexto presente para o golpe de 2016, como é a relação da imprensa brasileira contemporânea e em qual escopo ideológico a revista Veja se enquadra a partir da revisão bibliográfica e da análise de suas cartas ao leitor do referido recorte (2014-2016) desta pesquisa.

Para esse fim, compartilhamos essa dissertação em três momentos interligados. No primeiro momento, introdução estendida onde apresentamos o fio condutor da pesquisa e realizamos diálogos entre bibliografia, teoria e metodologia.

No segundo momento, trazemos uma contextualização acerca da ascensão e queda do Partido dos Trabalhadores (PT), que é apresentado o ciclo que permitiu a chegada da agremiação no poder devido ao esgotamento do modelo político de governo do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). E elucidamos os aspectos do ciclo que levaram à derrocada do PT do poder.

No terceiro momento, trazemos o debate teórico acerca do trabalho com a imprensa na produção historiográfica, e o conjunto de conceitos que nos auxiliam na leitura do tema, como os conceitos de Neogolpe, Neoliberalismo e Grande Imprensa.

No quarto momento, historiamos sobre a revista *Veja*, assim debatendo sobre o objeto/fonte e seu lugar dentro do contexto nacional, ou seja, trazemos aspectos de sua fundação e seu papel político dentro do contexto nacional.

No quinto momento, apresentamos os aspectos metodológicos que estão presentes na pesquisa de maneira mais aprofundada, para evidenciar como a fonte foi tratada para a realização de sua interpretação e encaixe no contexto histórico, articulando a ATD com autores que nos dão suporte para pesquisa.

No sexto momento, construímos um diálogo direto com o nosso objeto de pesquisa, apresentando a trajetória discursiva presente no periódico a partir de 10 edições selecionadas que permeiam o recorte da pesquisa, e que demonstram como a revista atuou no período que desencadeou no golpe, revelando sua consonância com arcabouço teórico que escolhemos como suporte para esta pesquisa.

No sétimo momento, fazemos um balanço da pesquisa realizando reflexões com o arcabouço teórico e fonte/objeto, extrapolando o recorte da pesquisa e colocando em perspectiva debates pertinentes que estão presentes na História mais recente e como o período do golpe está sendo lembrado por veículos da grande imprensa.

Por fim, as sete partes que estão presentes nesta dissertação têm como objetivo auxiliar na reflexão que buscamos compreender, que é como a grande imprensa atuou no processo que levou ao golpe de 2016, e as motivações de pano

de fundo presentes como o grupo ideológico que pertencem e seus interesses. Assim, vislumbramos manter uma conexão entre cada parte da pesquisa para melhor compreensão dos nossos objetivos aqui traçados. Dessa forma, esta dissertação esta compartimentada em seis momentos articulados, primeiro (Contexto Político e o Partido dos Trabalhadores no cenário do Brasil recente) em que realizamos uma contextualização quanto o desenvolvimento dessa agremiação; segundo (Embasamento para o debate frente a revista Veja) em que traçamos e contextualizamos o desenvolvimento desta revista para buscar compreender qual o seu papel no contexto político brasileiro á época; terceiro (A Veja em tela: Perspectivas de análise sobre discurso) onde trazemos a tonas autores e o método utilizado para realização da pesquisa; quarto (A Importância da Revista Veja no cenário político nacional) neste especificamos em nossa abordagem como a revista vislumbra a política, economia e o social; quinto (As cartas ao leitor de Veja) onde colocamos em perspectiva as cartas ao leitor e seu textos explorando a ênfase que a revista da assuntos e temas que auxiliam na deterioração política do governo Dilma Rousseff; sexto e ultimo momento trazemos nossas considerações finais enfatizando o papel da história e do historiador.

2 Contexto político e o Partido dos Trabalhadores no cenário do Brasil recente

Neste item iremos incorporar algumas reflexões a fim de contextualizar ao leitor, entender o modelo de governo construído pelo PT até o tensionado momento histórico do golpe de 2016. Que é caracteriza pela transição de modelo de governança no Brasil. Destaque, que não é uma mudança do modelo econômico, mas sim uma maior ampliação da democracia para grupos outrora desconsiderados, notadamente após os 8 anos de FHC e, a consolidação de uma perspectiva de mercado, historicamente denominada neoliberal.

Cabe, portanto, contextualizar a transição para a gestão petista, que se entende como um esgotamento do modelo de governo do período FHC, resultado de graves problemas sociais emergentes e do questionamento do modelo governamental vigente. Nesse cenário existe um candidato de esquerda que, ao suavizar seu

discurso pelo pleito presidencial e torná-lo mais aceitável ao mercado brasileiro, obteve condições de vencer a eleição.

Porém, para conseguir chegar ao poder executivo, foi preciso recuar um pouco nas características que configuraram suas derrotas anteriores, ou seja, deixou de ter um caráter combativo e passou a ser conciliatório (“lulinha paz e amor”). Como destacado no texto desde 1990 existia uma tendência geral no partido de se afastar do caráter revolucionário e ter uma perspectiva mais pragmática e reformista. O que não é de gerar nenhuma estranheza já que o próprio partido e sua principal liderança (Lula) não haviam dado indício de adesão a algum projeto revolucionário, tal tendência ganha força com a crise do “socialismo real” e gerou cisões dentro do partido que sempre acenou para o socialismo sem assumir nenhum compromisso real. Nesse sentido concordamos com Rodrigo Patto Sá Motta.

Vitorioso apesar da campanha adversária, Lula honrou as promessas moderadas feitas durante a campanha. Escolheu a negociação para desmobilizar a opinião contrária, em lugar de confrontar os adversários. Uma estratégia de acomodação recorrente na história brasileira ao ponto de podermos afirmar que faz parte da cultura política. Teoricamente o confronto seria uma opção, mas, também, o caminho mais arriscado, pois as forças em que poderia se apoiar eram incertas. Afinal, Lula teve 48% dos votos no primeiro turno e mais ainda no segundo, porém seu partido conquistou apenas 17% das vagas na Câmara dos Deputados, a que se podia somar os votos de alguns poucos aliados à esquerda. Nessas condições seria impossível governar sem fazer compromissos, salvo se houvesse força e disposição para implantar uma ditadura. Não havia, felizmente. (MOTTA, 2018, v. 5, p. 416).

Digno de nota que nosso objeto a Revista Veja, que a “repulsa” ao PT já era algo esperado se formos recuperar o histórico desde sua primeira aparição na revista o PT é caracterizado como agressivo na edição de 1985, essa diferenciação realizada nessa edição demarca de forma evidente qual grupo possui posse do discurso dentro do periódico, ao colocar o direito à greve, propriedade e terras no patamar de agressão.

A primeira aparição do PT em uma capa da Revista Veja aconteceu no dia 25 de Dezembro de 1985 com o título: “O PT cresce e agita”. A ideia da capa bem como o conteúdo da matéria mostrava um crescimento expressivo do partido. Na época da reportagem a militância do PT contava com aproximadamente 90 mil pessoas. Ao todo foram sete páginas, além da capa, dedicadas a falar sobre o partido, suas características, seus principais líderes e a forma com que vinha ganhando força. Avaliando o conteúdo da matéria produzida pela Revista, nota-se que a mesma já da um fundo de imagem agressivo ao objeto dando ênfase as greves e paralizações realizadas por ele com o apoio de centrais sindicais do país. “Retórica Radical – Planejando greves, patrocinando ocupações de prédios e de terras ou erguendo

foices a estrela vermelha do PT começa a inquietar o governo do presidente José Sarney”. (A ESTRELA..., 1985). (MOTTA; RICHARTZ; VIAFORA. 2016).

Essa demarcação, é algo que será catalisado durante a primeira gestão do governo petista, importante esse destaque, pois, nossa análise centra-se também, como veremos, na complexidade dentro de uma relação mais abrangente de grupos de poder e a mídia sendo edificada na correlação de forças políticas sistematizadas no primeiro governo Lula.

Importante rememorar como foi costurado o modelo de governo do PT, que incorporou adversários históricos tendo como ápice dessa incorporação o atual MDB na época PMDB. No primeiro governo Lula é onde se edifica a dinâmica que segundo o cientista político André Singer é entendido como reforma gradual e pacto conservador (*pacto lulista*).

Para governar não basta dizer que está alinhado a ser mais moderado e pragmático é necessário dar sinais na prática política para que se consiga afastar a desconfiança alimentada por setores da oposição, com isso, Lula tem como seu vice o José de Alencar empresário e conservador e, junto a isso uma boa campanha publicitária para reduzir as noções de deslegitimação de sua candidatura. Assim, durante seu governo optou pela negociação ao invés de confrontar seus adversários, escolha necessária tendo em vista que o governo Lula em seu primeiro mandato foi mais ortodoxo que seu antecessor praticando uma taxa de juros mais alta e uma meta de superávit também alta. Essas medidas não agradaram os setores de esquerda, contudo vale ressaltar que nunca houve de fato algum compromisso bem demarcado com avanços de mudanças estruturais à esquerda e sim uma conciliação/ coalizão.

A situação econômica difícil herdada pelo presidente Lula em 2003 tornava o quadro ainda mais desafiador. Além da desvalorização do real e da inflação alta, havia outros indicadores ruins, como o aumento da dívida pública, o fraco crescimento econômico e a elevada taxa de desemprego (cerca de 11,5%).² Seguindo a estratégia moderada que viabilizou a sua eleição, Lula decidiu adotar fórmulas ortodoxas para agradar ao “mercado” e estabilizar a situação macroeconômica e financeira. Para alcançar tais objetivos escolheu autoridades econômicas afinadas com o mercado financeiro, especialmente Henrique Meirelles para comandar o Banco Central. Além disso, foram mantidos os fundamentos econômicos básicos do Plano Real de FHC: valorização da moeda por meio de mecanismos cambiais, manutenção de taxas de juros elevadas e controle dos gastos públicos, tendo como meta prioritária o combate à inflação. Na verdade, em seu início o novo governo foi mais ortodoxo que o anterior, praticando uma taxa de juros em níveis mais altos que FHC, além de estabelecer uma meta de superávit fiscal também maior. (MOTTA, 2018, v. 5, p. 416).

A reflexão implícita nessa citação é que para poder governar foi tomada uma decisão de se flexibilizar os princípios originários que norteavam o referido partido. Visto que, tinham como intuito uma alteração mais profunda da política nacional. Dessa forma, para poder ter governabilidade, porém, se respaldou em um aspecto da cultura política brasileira sua extrema conciliação (acomodação de interesses), que se aproveita dos vernizes ideológicos não aprofundados na maior parte dos partidos, para consolidar apoio e ter condições de governo. Nesse sentido, a cultura política brasileira permite conciliações muito paradoxais e abrangentes, aspecto que demonstra a singularidade do nosso processo político e da nossa “democracia”, o jogo de interesses muitas vezes tem maior peso que uma defesa ideológica.

Dessa forma, é importante ressaltar como esse jogo de interesse se reverbera em especial na grande mídia e na sua proposta de formação de opinião político, econômico e ideológico. Como podemos pensar de acordo como Bourdieu, que a opinião pública não existe.

Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. (Bourdieu, 1973, P.7).

A pretensão apontada por Bourdieu consistiu no nosso entender como uma certa flexibilização e manipulação paradigmática dos axiomas políticos. Ou seja, a aceitação de um projeto de governo estará presente nos meios de comunicação, desde que esse grupo político esteja em consonância, com os interesses mobilizados pelas partes hegemônicas. A exemplo disso, temos questões inerentes ao Partido dos Trabalhadores e aspectos da governabilidade sob o prisma da grande imprensa. Continuando nossa análise entendemos que existe, segundo o autor, uma manipulação de acordo com os interesses políticos momentâneos em um processo de acomodação de agendas de governo, ou seja, perpetuação das perspectivas que visam atender os grupos políticos de que exercem influência decisória no parlamento brasileiro. Assunto que pretendemos aprofundar ao longo dessa dissertação observando a escala de flexibilização e sua extrema dilatação conceitual.

Dessa forma, a aceitação plena de aspectos políticos anteriormente condenados no seio partidário. Interessante destacar que entre os aspectos que favoreceram a acomodação do governo Lula está o boom das commodities, que auxiliou na sua consolidação pelo fluxo de arrecadação e sua continuidade no locus governamental. Visto que, o bom momento econômico foi favorável a um cenário político menos hostil, para a gestão intitulada de esquerda o que possibilitou sua manutenção e realizar mudanças uma pouco mais ousadas no setor social que seus antecessores, que pouco ou nada fizeram, contudo, tais mudanças refletem a característica principal da gestão petista que é não ser combativo. Para adentrar nesse debate convém fazer um breve histórico do governo Lula.

Assumindo sua primeira gestão em 2002, após grande ganho de experiência em disputa anteriores, 1989,1994,1998, nas quais fora derrotado, mas se consolidando como maior partido de oposição, essa agremiação teve em sua quarta disputa a grande oportunidade, pois, o candidato de situação José Serra, já estava desgastado pelo vínculo com o Governo FHC, devido ao esgotamento do projeto exercido por dois mandatos consecutivos. Mesmo nesse cenário desfavorável, ao que se entende como direita política no Brasil, podemos destacar a ação da revista Veja, ao lançar uma edição com caráter apelativo durante as eleições de 2002, associando o PT ao comunismo e mais uma vez colocando o partido como radical.

Durante o período referente a campanha eleitoral em 2002 foram lançadas 4 Vejas que traziam a imagem de Lula/PT em suas capas, a edição do dia 23/10/2002 chamou a atenção pela forma que foi desenvolvida a caricatura que representava alguns blocos ideológicos presentes no partido e o título da revista que era: "O que querem os radicais do PT". A matéria referente a capa também chamou a atenção quando deu a ideia de que se Lula ganhasse as eleições alguns blocos com ideologias marxistas, leninistas e trotskistas iriam tentar colocar seus ideais em prática no país. A Revista tenta passar através dessa matéria a ideia de que o PT não é um partido sólido e que com o advento do poder ele acabaria se dividindo e ainda pior do que isso, colocaria em prática essas ideologias já citadas acima. (MOTTA;RICHARTZ;VIAFORA. 2016).

Já é possível observar a origem de uma linha discursiva, a proximidade que o periódico traça do PT com o comunismo, a partir da relação que sugere com teorias e correntes marxistas, na tentativa evidente do uso dos princípios anticomunistas para tentar criar rejeição ao partido. Apresenta-se como uma construção que se faz em 1989, mas ganha evidência com o PT no governo, e a forte oposição criada pela

revista, que ao criar essa associação inaugura um novo tipo de “anti” que figura no pleito democrático liberal que é o antipetismo que alcança seu ápice próximo de 2016 combinado ao ápice da aliança conservadora.

Contudo, a aparição de um PT com um discurso mais moderado foi decisiva para conseguir alcançar o governo do país, mesmo com o discurso hegemônico tentando afastar essa versão mais moderada. Ocorrências como o desgaste do governo anterior, ou seja, do período FHC cristaliza-se em indicadores negativos, elevado desemprego, a desvalorização do real, aumento da dívida pública e recessão econômica e o escândalo da prisão do presidente do Banco Central. Pontos que em seu primeiro governo tiveram outra dinâmica, acabaram por contribuir para a chegada do “O operário” ao poder.

Já no início, o governo Lula enfrentou um desafio robusto quanto ao cenário econômico, que ao mesmo tempo tornou-se uma grande oportunidade de provar sua “competência” e capacidade de governabilidade, e não alterando de forma intensa as regras vigentes do Mercado. Nesse cenário, cumprindo com seu compromisso de ser moderado, o governo tomou medidas pragmáticas e ortodoxas na economia se comparado com seu antecessor que se encontra em um campo político de oposição, de quem seria natural ter tais medidas. Esse comportamento agradou ao mercado, mas desagradou os setores de esquerda. Frente a isso abriu um leque de possibilidades para inclusão de partidos com propostas liberais em sua gestão. É digno de destaque nessa composição o caso de Henrique Meirelles à frente do BC (Banco Central) que continuou com a prática tão criticada anteriormente de uma política de juros altos, e redução dos gastos públicos. Isso gerou uma desaceleração da atividade econômica. Porém essa desaceleração fica creditada mais ao primeiro ano de governo, pois em seguida nos posteriores anos de governo, devido a melhora do cenário econômico oriundo em parte pelas medidas ortodoxas na economia estimuladas pelo governo, mas também pelo boom das commodities, a atividade econômica volta a crescer. Observamos no fragmento abaixo essa discussão,

Mais notável e com maior impacto social foi a redução da taxa inflacionária, que voltara a assombrar os brasileiros após os sucessos iniciais do Plano Real. Tendo alcançado 12,5% em 2002, último ano do governo FHC, a taxa inflacionária caiu para 9,3% em 2003 e para 3,1% em 2006. Tratou-se de resultado marcante, sem dúvida, que foi acompanhado – e influenciado – pela revalorização cambial do real,

que voltou a funcionar como âncora para a inflação. No final de 2002 a taxa de câmbio chegou a 4 reais por dólar, mas caiu para 2,6 reais por dólar em 2004 e para 2,3 em 2005. Com a queda da inflação e a melhora da situação cambial, os gestores da política econômica começaram a baixar a taxa de juros, o que na sequência serviu de estímulo para a retomada do crescimento. (MOTTA, 2018, v. 5, p. 414).

Esse saldo positivo da demonstração de habilidade de lidar com crise, feito pelo governo liderado por Lula, permitiu um cenário econômico mais estável, o que gerou maior confiança do empresariado brasileiro, ou seja, mais investimentos. Já o boom das commodities, passa pelo reposicionamento do Brasil na economia mundial, seja pela mudança do seu principal parceiro comercial e também pelo seu protagonismo no âmbito nacional e internacional. O protagonismo em nível internacional destaca-se pela mudança do principal parceiro comercial deixando de ser os EUA e passando a ser a China, aspecto que foi favorável para economia brasileira na época, enfrentamento da crise de 2008 com as políticas anticrise, ampliação do Mercosul, Formação do BRICS. No cenário nacional a mudança do governo no que tange o fomento da indústria nacional usando o BNDES como principal fomentador, desenvolvimento de políticas de fomento ao crédito (Minha casa minha vida), medidas de redistribuição através de programas sociais e ação contínua de valorização do salário, “Foi abandonada a visão privatista dos governos anteriores e recuperado o papel do Estado como agente e planejador econômico” (MOTTA,2018).

A partir disso é possível afirmar que a adaptação da gestão petista à dinâmica da política brasileira, conservando alguns aspectos e avançando em outros, como no caso, das políticas sociais de redistribuição de renda e direitos humanos. Há dessa forma, uma ação que redireciona o posicionamento político do campo da esquerda à centro-esquerda, aspecto que vai ser corroborado com a saída de mais combativas nessa área, como foi o caso da expulsão de militantes que vieram a formar o PSOL. Aspecto que por si só já demonstra uma abertura para um campo mais ao centro no espectro partidário quiçá a centro direita. A vantagem de não assumir explicitamente seu compromisso de aplicar o socialismo no governo, permitiu aproximações e afastamentos pontuais, para conseguir a ampliação da democracia para grupos historicamente excluídos. Dessa forma, com uma economia mais forte, foi possível trazer avanços nas políticas sociais no que tange a redução ação que visava diminuir

as desigualdades, junto a uma necessidade de acenar para outro lado, o queremos dizer aqui é que os governos petistas buscavam acenar para seus aliados do campo de esquerda e mostrar seu efetivo compromisso com o social, sem, no entanto, efetivar rupturas com o campo mais liberal que não comungava com a ampliação dos direitos sociais. Visto que,

Para demonstrar a efetividade do seu compromisso social, uma das primeiras medidas do governo Lula foi criar o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome. O primeiro projeto de destaque desse ministério foi o Fome Zero, que, na verdade, significava a reunião de vários programas sociais, especialmente o já existente Bolsa Escola. As medidas de combate à fome eram legatárias de iniciativas criadas nos anos 1990, tanto em administrações locais do PT como pelo governo de FHC, que, em 2001, transformou o Bolsa Escola em programa federal. (MOTTA, 2018, v. 5, P. 419).

A principal pauta era o compromisso de acabar com a fome e a miséria no país, tal frente de combate só efetiva com o Bolsa-Família que significou um reordenamento na política de combate à fome. Contudo o governo não teve apenas essa frente de combate a desigualdade outras importantes ações foram: o aumento sucessivo e real do salário mínimo junto a expansão do crédito para os setores mais populares; fomento à educação, cultura e ciência com a expansão das escolas técnicas federais, melhorou e ampliou o acesso ao ensino superior junto a expansão da pós graduação; no campo dos direitos humanos tendo destaque o Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), que teve grande contribuição para promoção de políticas de reparação histórica com o sistema de cotas; outra medida no campo dos direitos humanos foi a SNPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) tendo como grande marco a lei Maria da Penha. Destacamos, contudo, que não foram efetivadas mudanças profundas no campo social e econômico. Havendo uma tentativa de conciliação e negociação permanentes. Observamos que os avanços citados acima no campo social compartilharam grande resistência de setores mais conservadores da sociedade brasileira, que geraram uma série polêmicas sobre as medidas tidas pelo governo petista no intuito de reduzir desigualdades e ampliar o acesso à democracia brasileira, o que atenuou a profundidade dessas medidas reduzindo suas capacidades de maior transformação social conforme já citado.

Assim como os programas de transferência de renda, a política de cotas raciais gerou enormes polêmicas, provocando não apenas os racistas (radicais ou

cordiais), mas também os defensores de valores universalistas e os que apontam as dificuldades para definir quem é negro ou branco no Brasil. (MOTTA, 2018, v. 5, p. 414).

Esse aspecto do conservadorismo somado à cisão que se dá politicamente no governo Dilma, no nosso entender, é a gênese do fracasso do pacto de governabilidade estabelecido durante a gestão petista, em especial nos governos Lula. Como pode ser observado, esse contexto- de não aprofundamento das políticas sociais e o não enfrentamento das propostas conservadoras, tornou-se um dos pontos favoráveis para fabricar as ações políticas antipetistas entre 2014-2016, visto que a acomodação tinha prazo de validade, e sem a reforma políticas os governos petistas tiveram um momento de ascensão sem uma base sólida para consolidar o papel social dos setores progressistas. Nesse cenário, a grande imprensa teve peso na normalização do processo de disruptiva governabilidade petista, com um discurso de corrupção e de esquerda radical. Como exemplo dessa legitimação iremos abordar a Revista *Veja* mais adiante. Assim, cabe entender as origens da fragilização da gestão petista, tendo em vista que a liderança do governo (Lula) foi estabelecida uma sistemática de acomodação de diferentes interesses, fazendo com que os conservadores fossem apenas um resquício dos derrotados da época da ditadura militar, sem muita força política.

O fato de o PT não ter concretizado seu compromisso com o socialismo o permitiu ser bastante volátil, ou seja, ter grande flexibilização política e grande habilidade de negociar com diferentes frentes. Fez com que o partido se ganha muito apoio, mas em maior parte de ocasião, a partir do momento em que alguma da parte ficasse não satisfeita a depender da situação poderia gerar fissuras na base de sustentação do governo. O caso do Mensalão representa bem essa situação, tendo como personagem central Roberto Jefferson que era aliado do governo, mas que por insatisfação acabou optando por denunciar o esquema de compra de apoio.

O problema do caso “mensalão” e dos outros que viriam a seguir é o modo como foram realizadas e manipuladas as denúncias de corrupção. Além de versões exageradas e caricatas, os denunciantes demonstraram um viés seletivo, ou seja, só tinham olhos para os malfeitos do PT, às vezes atribuindo a esse partido a origem de todos os males. Além disso, não se pode confiar na sinceridade do ímpeto moralista de denunciante que são eles mesmos bastante corruptos, tanto certos líderes políticos como empresas de comunicação acostumadas a – e cevadas por – relações promíscuas com o Estado. Foi flagrante a desproporção da cobertura

jornalística do “mensalão”, com a grande mídia demonstrando maior interesse em investigar as acusações contra o governo Lula do que havia feito com o governo FHC. Chama a atenção também o timing político do escândalo, que se desenvolveu um ano antes da corrida presidencial. (MOTTA, 2018, v. 5, p. 414).

Essa desproporção foi insuficiente para gerar como consequência uma possível derrota na eleição seguinte, pois os marcos do governo Lula tanto no econômico e no social não seriam tão simples de ofuscar, apenas com a deslegitimação moral da corrupção, além do mais os grupos econômicos não estavam insatisfeitos com o governo que faria o PIB crescer ainda mais no segundo mandato. Contudo, isso gerou uma reconfiguração política do PT que passou a coligar com o PMDB, partido que possuía a maior bancada, que na troca de seu apoio ganhou maior protagonismo político e a vice-presidência nas eleições seguintes (2010-2014).

Dessa maneira, o partido dos trabalhadores não sofreu a perda da hegemonia política, conseguindo se manter no poder efetivando o continuísmo, contudo com a formação da aliança política com o PMDB, o partido aprofundou ainda mais suas relações com a dinâmica da tradição política brasileira, o que vai gerar implicações no governo Dilma. A partir do momento em que se desenrola a crise econômica, se torna mais difícil acomodar os interesses antagônicos dos diferentes grupos, que a gestão petista mantém relações para a manutenção do governo.

A sucessora para o governo Lula foi Dilma Rousseff, que tem uma imagem reproduzida pelos grandes meios midiáticos de um perfil menos político e mais técnico, se comparado ao seu antecessor. Tal característica colocada como uma grande vantagem que é esse afastamento do perfil mais político, ou seja, mais distante de ser conivente com as práticas tradicionais da política brasileira, contudo o que se entendia como aspecto positivo se torna uma das justificativas para a queda de Dilma, que esboçamos mais adiante.

O primeiro grande desafio foi realizar a sua candidatura em um país tendo como uma das suas cicatrizes formadoras o patriarcalismo que corresponde a um machismo acentuado na sociedade contemporânea, e combater a campanha da oposição que tentava aguçar o medo dos eleitores a partir do passado guerrilheiro de Dilma Rousseff durante a ditadura militar, mobilizando alas mais conservadoras. Porém, com

o apoio de seu antecessor consegue vencer as eleições e chegar ao primeiro mandato, muito devido ao fato de representar a continuidade do modelo de gestão.

Mesmo mantendo a característica de avanços no aspecto social, tendo como um dos marcos a criação da CNV (Comissão nacional da verdade), a presidente buscava ter sua característica própria de governo, ou seja, mostrar autonomia com relação ao legado e a imagem de Lula, tendo uma postura diferente no que tange a política econômica em seu primeiro governo, que se altera totalmente no seu segundo mandato, marcado pela intensificação da polarização. Um aspecto demonstra tal mudança de trajetória no rumo econômico, é a mudança da política de juros através dos bancos públicos, e os estímulos para o desenvolvimento da indústria no país, buscando complexificar e diversificar a produção econômica nacional, e amortecer os juros sobre crédito no bolso dos brasileiros.

Porém a deterioração da economia brasileira é algo inevitável, pois mesmo com as medidas econômicas com o intuito de tornar a produção nacional mais complexa, as bases que estavam no auxílio dessa fomentação ainda estavam enraizadas nas commodities, ou seja, com a crise desse setor no mercado internacional, a capacidade de investimento e confiança do empresariado e do Estado diminui, havendo uma redução sistemática do crescimento econômico.

A crise econômica leva ao esgotamento da gestão de Dilma Rousseff, que em seu segundo mandato, recua e busca ser mais pragmática nesse setor. Contudo, tais medidas são insuficientes para frear a crise na economia e no social. Junto a isso, o uso político de operações anticorrupção como a Lava- Jato causaram fortes danos ao governo em duas dimensões, a primeira internamente pois enfraqueceu os laços estabelecidos pela tradição política brasileira, ou seja, a atenuou a influência sobre os aliados de ocasião. A segunda externamente com a sociedade, pois a representação cinematográfica e sensacionalista dos casos de corrupção através da mídia focando nas principais lideranças políticas do PT, como nos casos da revista Veja nas vésperas da reeleição de Dilma e da delação de Lula, gerou um grande desgaste moral e constituíram expiatório para os problemas sociais, econômicos e políticos do país. Aliás, não estamos aqui deixando que o partido seja inocente, mas sim acabaram imputando-lhe todas as culpas.

Por fim, após apresentar brevemente a caminhada das gestões petistas. Iremos dar destaque a legitimação/colaboração que a imprensa forneceu para a derrocada de Dilma Rousseff, com esse intuito iremos fazer tal análise pelas Cartas ao Leitor da revista *Veja*, no qual buscaremos compreender o comportamento da grande mídia até seu impeachment compreendido neste estudo como um golpe político.

Após essa exposição, contextualização, passaremos a discutir o papel do referido periódico (*Revista Veja*) e como ele articulou-se com relação ao governo de Dilma Rousseff, com ênfase em seu segundo mandato que entendemos como o período de acirramento da argumentação de imprensa de oposição no segundo mandato.

2.1. Embasamento para o debate frente a revista *Veja*

Neste item iremos articular a discussão teórico metodológico, que serão basilares nesta dissertação. Os conceitos que destacamos para auxiliar nossa reflexão são os seguintes, o de imaginário social de José Murilo de Carvalho, para buscar compreender questões que circundam o auge e o declínio do PT no poder destacando o antipetismo. Para auxiliar na compreensão de golpe de Estado entramos na seara interpretativa dos golpes de novo tipo e aqui escolhemos o conceito de neogolpe de Leonardo Valente Monteiro que nos será de grande importância no que tange compreender a responsabilidade dos meios de comunicação para legitimação do impeachment. Para auxiliar no debate e na demarcação do tipo de imprensa que estamos trabalhando iremos utilizar a compreensão da Maria Helena Capelato de Grande Imprensa, que iremos articular com as noções Gramsciana de hegemonia e aparelhos privados de hegemonia. No que tange ao debate que iremos tecer quanto ao neoliberalismo, escolhemos as concepções de Pierre Dardot e Christian Laval e também de Wendy Brown, que compreendem o neoliberalismo para além da noção economicista de políticas de redução de Estado, mas como algo mais enraizado em diferentes frentes nos permitindo realizar uma compreensão do conceito como uma “cosmologia” e também sendo notadamente uma leitura do conceitual mais

próxima ao tempo presente. Entendemos esse trabalho no campo historiográfico da História do tempo presente, nesse sentido iremos utilizar a compreensão da História do tempo presente que Angélica Muller e Francine Legelsky. A teoria dos grupos de Mancur Olson será nosso suporte para buscar entender o jogo político de interesses inerentes ao nosso objeto de estudo (Revista *Veja*), assim nos auxiliando a destacar a flexibilização do discurso presente no periódico. Esses aspectos teóricos aqui apresentados, estão alicerçados em uma primeira aproximação, o que nos dá um grau de abertura para incorporar novas perspectivas que nos permitam refinar ainda mais a análise do objeto aqui estudado e no diálogo com as fontes.

Esse modo de pesquisa analítico nos permite realizar uma construção flexível do processo de pesquisa no que tange a fabricação da pesquisa, ou seja, é criado um espaço de construção e reconstrução, pois permite a diversificação de elementos na compreensão e significação quanto ao que se está pesquisando (fenômeno investigado), e simultaneamente a isso a metamorfose do próprio pesquisador. Essa interação será de imensa valia no processo analítico das *Cartas ao Leitor* da revista *Veja* e na compreensão do fenômeno que entendemos como linha auxiliar do derrube do governo Dilma Rousseff.

Dessa forma, nosso texto busca articular a história política, história do tempo presente e analisar através da metodologia o peso da imprensa brasileira no que tange inferir sobre seu grau de responsabilidade e conivência com o golpe de 2016. Para auxiliar nesse estudo, utilizamos a compreensão de grande imprensa nas seguintes definições de Maria Helena Capelato:

A expressão “grande imprensa” foi cunhada nesse contexto de formação das empresas jornalísticas que surgiram na Europa, na segunda metade do século XVIII e, no Brasil, a partir da segunda metade do XIX. Tania Regina de Luca comenta que a expressão, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica, designa o conjunto de jornais que acabaram se caracterizando pela ampla circulação, pela perenidade e pelo aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. (Capelato, 2015, p.117).

Chamar a imprensa “principal” de “grande imprensa” é algo muito superficial e pouco analítico, pois existem variados meios de comunicação já estabelecidos com

diferentes posicionamentos políticos, interpretações da realidade e propagadores de “diferentes filosofias” de existência. Porém, usamos essa delimitação para podermos refina-la, ou seja, aplicar com o sentido de imprensa hegemônica na acepção gramsciana. Aprofundando inferimos que na grande imprensa existe um grau de heterogeneidade, mas que dentro desse grau existe uma parcela maior, que está bem capilarizada e alinhada aos interesses dos grupos dominantes que transborda o caráter econômico, mas também alinhado a suas “filosofias” de justificativa de existência e exploração.

O que colocamos aqui como “filosofia” serve de apontamento inicial para refletir sobre o conceito de neoliberalismo. Que é compreendido pelo senso comum apenas como política de redução do Estado. Contudo, esse conceito merece maior atenção no seu refinamento, pois questões de redução do Estado atingem diretamente o cotidiano das pessoas e seus direitos sociais, ou seja, como cidadãos, aspecto subsumido em um imaginário social como pouca reflexão por parte dos agentes históricos a eles sujeitados. Para que se concretize tais aspectos de redução do Estado é preciso que exista a convivência desses sujeitos com outro conjunto de valores (inversão de valores) de existência, que está diretamente atrelada ao que Dardot e Laval chamam de a nova razão do mundo, e que Wendy L. Brown trabalha na mesma perspectiva em seu livro “Nas ruínas do neoliberalismo”. Isso consiste em uma compreensão mais completa do que seria o neoliberalismo tendo em consideração os últimos anos. Para cristalizar nossa reflexão:

A tese defendida por esta obra é precisamente que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. (Dardot; Laval, 2016 p.15).

Nesse sentido, é possível observar que essa corrente de pensamento, é a forma pela qual a nova fase do capitalismo se legitima e capilariza frente a existência

humana, ou seja, na relação entre as pessoas que se materializa no ente estatal. Pois, o Estado tem de assumir as normas estabelecidas pelas necessidades do modelo econômico, é preciso que os sujeitos também estejam vinculados a essa concepção. Contudo cabe destacar que essa vinculação não é total, mas o suficiente para constituir hegemonia em um grau significativo de controle, tendo como importantes aliados para a disseminação dessa “racionalidade” os aparelhos privados de hegemonia (acepção gramsciana), como exemplo podemos destacar a imprensa hegemônica como explicado anteriormente.

Exposto isso, é importante destacar que para além dos conceitos chave destacados, buscamos refletir sobre a História política do Brasil, dentro de uma perspectiva de renovação de proposta temática a partir da década 70, autores como René Rémond, Jean Pierre Rioux. Esses autores servirão como nosso suporte conceitual, que aparecerão ao longo desta dissertação, visto que essa temática história política e imprensa é cara essa parcela da historiografia que comunga com o debate da relação entre a imprensa e a história política. Servindo de base para conexão com os aspectos escolhidos para essa pesquisa, que servem para a compreensão de possível convivência da imprensa hegemônica com o derrube do governo Dilma Rousseff, em especial por parte da Revista *Veja* através de seu editorial que manifesta na seção da *Carta ao Leitor*.

Essa temática aqui abordada está dentro do escopo historiográfico da história do tempo presente e pode ser considerado um esforço de pesquisa fora da temporalidade que é costumeiro a realização das pesquisas no campo da história, pois, no que se insere a realidade de pesquisa na história no Brasil ainda são raros os trabalhos que rompem com as barreiras dos anos 1990.

Acostumamo-nos a ver cientistas políticos, sociólogos e jornalistas analisarem a conjuntura contemporânea e escreverem sobre questões relativas ao passado recente. Embora a explicação sobre os fatos que impactam nossa vida no presente, principalmente em momentos de crise social e de rupturas políticas, possa receber importantes contribuições dos historiadores, são poucos os que escrevem a história do presente. É importante notar, contudo, que existe, ao menos desde meados dos anos 1950, um campo historiográfico que se dedica à história do tempo presente e que se fortaleceu, notadamente, na França, Alemanha, Inglaterra e no Brasil nos finais dos anos 1970. Vale também dizer que, sobretudo se considerarmos a produção brasileira, são raros os trabalhos que tratam de eventos deste campo que ultrapassem a barreira temporal dos anos 1990. (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, v. 5, p. 13).

Assim entendemos que esse trabalho assume que articula uma temporalidade de um passado complexo e recente que ainda irá gerar diferentes correntes interpretativas e que estamos por gerar uma dessas linhas. O que implica em assumir também que é uma produção historiográfica inacabada, ou seja, aberta a uma série de reajustes e críticas.

A partir do exposto, assumimos as complexidades da construção dessa pesquisa. Entendemos que o ocorrido em 2016 se insere no entendimento do último trauma ou catástrofe, que está vinculada a concepção francesa que compreende a curta duração dos eventos. Ou seja, a ruptura estabelecida no derrube da presidente Dilma Rousseff, para nós configura uma ruptura política traumática, próximo aos moldes do que ocorreu em 1964 que inaugurou o período ditatorial no país. Evidente que guardada as devidas proporções de cada processo, contudo fazemos esse paralelo devido ao saudosismo evidente aos princípios fundantes e estruturantes do período ditatorial que antes, durante e depois do golpe de 2016 se acentuou no país, um dos momentos que marcam essa acentuação aguda é a marte votação do impeachment, tais princípios compreendidos como aspectos reacionários que desaguaram em novas catástrofes da história política recente do Brasil. Assim, nossa compreensão da história do tempo presente se sustenta nas seguintes bases.

Apesar de algumas das discussões teóricas dos anos 2000 e 2010 já incorporarem as novas propostas sobre a história do tempo presente, muitos dos trabalhos produzidos pelos historiadores brasileiros ainda estão balizados fortemente pelas suas marcas iniciais: uma história que prioriza os eventos (2010), baseada na curta duração; ligada à concepção francesa de que a “última catástrofe” veio das grandes guerras e, portanto, aqui no Brasil, é centrada numa análise sobre os períodos ditatoriais, com uma inclinação para o uso da história oral e os conceitos da “nova história política” (Rémond, 1996) e sua “virada culturalista”. (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, v. 5, p. 13).

A partir do exposto acima, fica evidente a relação que existe entre a história do tempo presente e a história política, no que tange aos atributos conceituais. Com isso, a concepção de história política desenvolvida por René Rémond, nessa pesquisa possui forte relevância para além dos principais conceitos destacados no início dessa reflexão, a qual escolhemos apresentar um conjunto de conceitos. Assim compreendemos que a imprensa é algo que não escapa do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido relação com

o político Rémond (2003). Ou seja, no jogo de perpetuação do poder para além dos meios oficiais de execução da política, há a extrapolação de onde ocorre essa dinâmica, pois é algo inerente à dinâmica do cotidiano dos sujeitos, se reproduzindo nas diferentes frentes do social seja na família, sindicatos, religião e os meios de comunicação. Compreendemos a revista *Veja* como um desses setores da atividade humana, onde existe essa dinâmica com as questões políticas tal dinâmica imersa em um jogo de escalas de interesse.

O historiador nem por isso crer que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões, das oscilações de todo tipo. Foi e continua sendo uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo de interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos eram políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado. (Rémond,2003, v.2, p. 445-446).

A partir do exposto, podemos dizer que as questões que envolvem o jogo de interesses e necessidades são diversas e configuram variados contextos, que podem ser explicados por mais de uma maneira. O que queremos dizer com isso, é que não é possível reduzir a uma noção de causa e consequência, pois existem diferentes fatores que atuam nas definições do político tanto nos grupos e em suas estruturas públicas e privadas e nos indivíduos na esfera pessoal. Logo, este trabalho não busca reduzir a interpretação do que ocorreu em 2016 a algo que está estritamente vinculado à imprensa, pois entendemos que não é um fator determinante e existem outros vetores além da questão da mídia. Mas que, porém, possui relevante peso no que tange a produzir um dos processos explicativos para compreender o grau de responsabilidade da imprensa hegemônica no episódio, assim não buscamos reduzir apenas a essa explicação e sim produzir um dos muitos caminhos possíveis para compreender o golpe de 2016.

Assim entendemos que o impeachment da presidente Dilma Rousseff é um “Golpe de Estado que pode ser referido internacionalmente como *coup d’État* (em francês) e Putsch ou *Staatsstreich* (em alemão), consiste no derrube ilegal, por parte de um órgão de Estado, da ordem constitucional legítima” (NOGUEIRA PINTO,1985, p.66-68). Porém, os moldes dos golpes contemporâneos do século XXI, ampliam as

formas de derrube ilegais, superando a noção de Golpe ainda nos moldes do século passado a partir das definições de Bobbio, que podemos compreender como golpes de novo tipo. Com isso, é preciso tecer uma atualização de Golpe para Neogolpe sendo um aspecto de relevância, não apenas para compreender o processo desencadeado no Brasil, mas também na América Latina, tendo como destaque o papel da imprensa hegemônica nesse enredo de rupturas. Segundo Leonardo Valente Monteiro:

Ruptura esta que não foi feita aos moldes dos golpes de Estado clássicos, mas por meio de um neogolpe, uma forma de destituição complexa, relativamente nova na literatura política, que tem como principal característica a ausência do uso da força e a aparente manutenção da ordem institucional, por meio de um estrito, porém deturpado, respeito ao rito constitucional; mas que se apresenta, contudo, como uma das maiores ameaças contemporâneas ao cumprimento de mandatos presidenciais democraticamente eleitos. (Monteiro, L. V. 2018, p.61).

Essa aparente manutenção da ordem institucional, é onde se destaca diferentes frentes que atuam de maneira simultânea para promover um enredo legalista em torno da trama que é um golpe. Essas frentes de acordo com Leonardo Valente Monteiro (2018) são “Ausência do uso da força para tomada de poder” (2018, p.68); “Aparente legalidade transmitida por meio do respeito aos ritos constitucionais, mas com interpretações casuística das leis” (2018, p.68-69); “Governo, frágil, impopular e com altos índices de rejeição” (2018, p.70); “Acordo entre forças parlamentares e apoio popular à destituição” (2018, p.70-71); “Apoio da mídia e participação efetiva, colaboração ou omissão da mais alta corte do Poder Judiciário no processo” (2018, p.71-73). As cinco frentes aqui pontuadas são as características chave do que se entende por Neogolpe.

Das cinco frentes citadas será destacado o papel da quinta no que tange o apoio da mídia que não foi total, mas do setor mais hegemônico. Assim, entendemos a revista *Veja* como parte da imprensa hegemônica empresarial (grande imprensa) que é um jornalismo que também emite opinião, mas que diz não o fazer pelo fato de não assumir uma vinculação de maneira direta e também por produzir formas de camuflagem do discurso. Contudo anteriormente o posicionamento era vinculado diretamente a um estrato social. Segundo Sodré (1999 apud Silva,2005, p.38) “cada

partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir dos referenciais de cada um”. Com o desenvolvimento em 1950 do modelo empresarial de imprensa, se tem uma notória transformação devido a entrada de capital estrangeiro e modelo norte-americano de jornalismo, que afirma não posicionamento, ou seja, neutra, passa a se vincular a projetos e não a partidos como afirma Carla Silva. Essa compreensão se faz necessária, para superar a noção que é reproduzida no senso comum de uma imprensa neutra, por mais que se posicione dessa maneira na prática isso não se configura, e veremos isso ao longo das análises das *Cartas ao Leitor*.

3 A Veja em tela: perspectivas de análise sobre o discurso da revista

A Análise Textual Discursiva (ATD), como desenvolvida por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiuzzi, é uma metodologia qualitativa que busca entender e interpretar textos de forma profunda e reflexiva. O principal objetivo da ATD é fazer uma ponte entre a Análise de Conteúdo (AC) e a Análise de Discurso (AD), assim permitindo ao pesquisador explorar elementos sutis e explícitos, como elucidam:

A análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso. Existem inúmeras abordagens entre estes dois pólos, que se apoiam de um lado na interpretação do significado atribuído pelo autor e de outro nas condições de produção de um determinado texto. Ainda que o termo análise textual, segundo Titscher et al. (2002), possa relacionar-se a uma diversidade de abordagens de análise, incluindo-se nisto a análise de conteúdo e as análises de discurso, no presente texto o termo análise textual discursivo assume um sentido específico, conforme expresso em síntese a seguir. (Moraes; Galiuzzi, 2006, P.108).

Enquanto a Análise de Conteúdo se concentra em quantificar e categorizar os temas recorrentes em um texto, ou seja, procurando por padrões de frequências, a Análise de Discurso tem como característica a linguagem usada nos textos que constrói significados ideologias e relações de poder. A ATD, portanto, surge como uma abordagem híbrida, unindo a sistematização e organização características da

Análise de Conteúdo com a interpretação e contextualização mais profundas da Análise de discurso, a isso são inerentes etapas

Ao utilizarmos a ATD, inicia-se definindo nitidamente os objetivos da pesquisa e as perguntas que queremos responder. Como exemplo, temos o contexto estudado das cartas ao leitor da revista *Veja*, é possível realizar perguntas como: “Como essas cartas refletem a postura política da revista durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff?” ou “Qual a relação de influência dessas cartas na percepção coletiva sobre democracia e os partidos políticos no Brasil?”. Essas perguntas servem de guia para toda nossa análise subsequente.

O próximo passo é a seleção do corpus, ou seja, dos textos que serão analisados. Isso implica em reunir todas ou o maior número de exemplares possíveis de revistas *Veja* publicadas entre outubro de 2014 e setembro de 2016. Nesse período existe um total de 100 exemplares. Neste recorte são detectados três momentos, a saber: 1) a disputa eleitoral; 2) Breve conciliação, porém, frágil, caracterizada -se assídua crítica ao PT; 3) consolidação do golpe. Dessa forma, torna-se importante escolher os textos de forma criteriosa, assegurando que eles sejam representativos do tema e do período estudados, selecionamos os textos, realizamos uma leitura imersiva, o que significa ler repetidamente e com atenção, para nos familiarizarmos com o conteúdo, os temas recorrentes e o estilo de linguagem. Essa etapa inicial é crucial para desenvolver uma compreensão holística dos textos.

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos. (Moraes; Galiazzi, 2006, P.108).

Com a construção dessa base, é possível realizar a codificação e categorização. Aqui, identificamos e marcamos as unidades de análise dentro dos textos que podem ser palavras, frases ou parágrafos e as organizamos em categorias temáticas. Por exemplo, podemos criar categorias como “crítica ao PT”, “defesa da democracia” ou “menção a escândalos de corrupção”. Esse processo nos ajuda a organizar o material de forma que possamos explorar os temas mais relevantes.

Depois, avançamos na exploração da análise discursiva propriamente dita, onde são examinadas as estratégias linguísticas e retóricas usadas nos textos. Isso envolve identificar como os textos constroem narrativas, quais ideologias são reproduzidas e que relações de poder são evidenciadas. Neste ponto, buscamos entender não apenas o que é dito, mas como é dito e o não dito, isso nos revela valores sobre as intenções subjacentes.

A contextualização histórica e social é uma etapa indispensável na ATD. Aqui, inserimos as análises dentro do contexto mais amplo em que os textos foram produzidos. No caso das cartas ao leitor da Veja, relacionamos as práticas discursivas identificadas com os eventos políticos e sociais do Brasil no período de 2014 a 2016, como o impeachment de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção e as manifestações populares. Essa contextualização nos ajuda a compreender como os textos se relacionam e dialogam com o momento histórico em que foram escritos.

Por fim, essas análises são integradas em uma interpretação coerente que nos permite responder às perguntas de pesquisa iniciais. Essa síntese nos proporciona uma visão completa e detalhada de como os textos analisados contribuíram para a construção de significados e influenciaram o contexto social.

Ao relatar os resultados, estruturamos a informação de forma nítida e lógica, incluindo exemplos dos textos analisados e discutindo as interpretações e reflexões teóricas. Assim utilizaremos Bardin e Teun A. van Dijk, construindo um trabalho em duas etapas o tratamento dos dados e depois a análise desses dados. Esse tipo de abordagem humanizada permite que o leitor compreenda o processo de análise e os resultados de uma forma mais acessível e envolvente.

Selecionamos, conforme já descrito, referente aos períodos e cartas publicadas na revista *Veja*, durante o período de 2014 a 2016, sendo a primeira analisada de 15 de outubro de 2014 e a última em 07 de setembro de 2016. Cabe salientar que, a publicação do dia 07 de setembro, publicada em data comemorativa à independência do Brasil, possui como referência em seu título da carta ao leitor “Há um país para construir”, onde o conceito traz à tona que nada foi feito.

No início com a assinatura do periódico tínhamos acesso a totalidade do acervo da revista, através do acervo digital, que durante a pesquisa entrou em manutenção e não retornou a sua plenitude. Nosso recorte contempla um total de 101 exemplares.

Com isso, recalculamos a rota, e obtivemos acesso a 91 exemplares no acervo disponível na Biblioteca da PUC-RS em Porto Alegre, que inclui duas viagens para Porto Alegre uma no ano de 2022 e outra em 2023, sendo realizados o levantamento de dados nesses dois momentos. O primeiro se procurou pela totalidade dos exemplares e foi realizada sua digitalização a partir do recorte inicial focando apenas nas *Cartas ao Leitor*. Já no segundo momento se reduziu para um total de 40 exemplares (dezembro de 2015 até setembro de 2016) com foco nas *Páginas Amarelas*, *Coluna de Economia*, *Carta ao Leitor* e *Reportagens Especiais*. Para esgotar as tentativas de acesso aos periódicos que não encontramos, foram realizados contatos com editora Abril para se conseguir o acesso a esses exemplares, contudo as respostas que obtivemos foram insuficientes para conseguir possibilitar o acesso.

Chegamos à conclusão que esse volume de exemplares é muito elevado para análise, o que exigiria mais tempo de estudo. Com isso, pontuamos 7 edições específicas que nos auxiliaram na demonstração do processo que entendemos como o acirramento do discurso antipetista, aliado a duas crises política e econômica, que auxiliaram no vislumbamento normativo do impeachment da Dilma Rousseff. Tais edições são: Revista *Veja* - 15 de outubro de 2014 - Carta ao Leitor; Revista *Veja* - 03 de Dezembro de 2014 - Carta ao Leitor; Revista *Veja* - 09 de Dezembro de 2015 - Carta ao Leitor “*a beleza do impeachment*”; Revista *Veja* - 30 de Dezembro de 2015 - Carta ao Leitor “*Aprender com os erros*”; Revista *Veja* - 23 de Março de 2016 - Carta ao Leitor “*PLJ, O MAIOR PARTIDO DO BRASIL*”; Revista *Veja* - 18 de Maio de 2016

- Carta ao Leitor “*Com orgulho os olhos do Brasil*”; Revista Veja - 07 de Setembro de 2016 - Carta ao Leitor “Há um país para construir”.

Com esse recorte e auxiliados pelo método de análise de conteúdo de Bardin que consiste em seis etapas: 1- Contextualização e preparação (realizado nos capítulos 2.1, 2.2 e 2.3); 2- Unidade de Análise (Impeachment da Dilma); 3- Codificação (gradação do discurso); 4- Tratamento dos Resultados (mais de 101 exemplares levantados, apenas 91 abordados) ; 5- Validação (Discurso em consonância com seu histórico de produção jornalística); 6- Apresentação dos resultados (Separação de 7 Cartas ao leitor que manifestam a tendência do periódico).

Bardin nos serviu de suporte no tratamento e organização dos dados, já para análise, leitura e interpretação dos dados utilizaremos Teun A. van Dijk, que possui uma vasta bibliografia quanto a ACD (análise crítica do discurso), Van Dijk (1999) propõe uma análise que leve em consideração certas categorias, que são: 1- memória pessoal presente nos agentes discursivos que leva em consideração conhecimento e opiniões acumuladas; 2- contexto que é considerar a situação em ocorre a comunicação e se encontram os agentes comunicativos; 3- memória social, que pode ser entendida como representações sociais, que são os conjuntos de crenças e valores compartilhados.

A ACD de Van Dijk, nos permitirá realizar as articulações entre teoria e método, realizando as conexões com os conceitos de Neogolpe, Imaginário Social, Grande Imprensa e O problema do Carona. Nos permitindo observa o papel da imprensa no golpe, através do exemplo da revista Veja.

As Cartas ao Leitor serão apresentadas e interpretadas. Levando em consideração questões aqui trabalhadas previamente, como contexto do periódico tanto de sua origem e também período referente ao recorte da nossa pesquisa. Assim, iremos apresentar a gradação discursiva do período eleitoral de 2014 até consolidação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

3.1. A importância da Revista Veja no cenário político nacional

Neste item iremos tratar do objeto aqui estudado. É necessário compreender as etapas e contexto em que a revista e sua editora surgem, para depois nos debruçarmos na sistemática operacional do periódico, ou seja, entender quando e como o periódico surge e como esse se comporta e como operacionaliza seu modo de interação com a informação dando destaque para a seção da revista onde se encontra a *Carta ao Leitor*. Assim, é preciso realizar uma imersão de como é o periódico, a quem ele pertence, como ele se apresenta e como alguns estudos o caracterizam.

Nesse sentido, segundo João Paulo Rossatti, em seu artigo *O espaço neoliberal: uma análise do discurso dos editoriais da Revista Veja (1985-1989)* é possível classificar a revista *Veja* como um lugar em que se promove as políticas neoliberais, pois defende questões como redução do Estado, livre mercado e as liberdades econômicas, tendo como ponto de partida para sustentar essas ideias o período da Nova República, período de desenvolvimento do espaço neoliberal que influenciaram na política nacional na década de 1990. Assim, a revista utiliza suas páginas para disseminar as ideias neoliberais. Nessa perspectiva, temos um outro estudo que também compreende a revista como um agente neoliberal. O artigo de Heloisa Golbspan Hercovitz, “O neoliberalismo na Imprensa brasileira. Estudo exploratório o noticiário de economia da Revista *Veja*”, aponta que a revista durante a década de 90 (1993) através de suas páginas, é favorável a uma reforma econômica neoliberal na América Latina. Sendo esse, uma confirmação não apenas de uma influência na política nacional, mas também uma tentativa de inferir sob a política continental. Ou seja, o caráter neoliberal da revista é algo evidente, com isso é possível pensar em sua visão quanto ao golpe de 2016. O jornalismo teve papel importante no que tange dar um caráter de legalidade ao Impeachment “Para fundamentar a legalidade e dar um ar de coerência e legitimidade ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o jornalista representa a Constituição Federal como sendo aquela que preconiza tal processo, sugerindo que deve ser executado pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha” (SILVA,2020, p.114).

Criada em 1968, a revista surge em um momento obscuro da História do Brasil: a ditadura empresarial-militar. Esse momento é marcado pela expansão do capital, e

o modelo de imprensa que a *Veja* irá seguir, que segue os moldes dos padrões internacionais do jornalismo empresarial internacional.

O Brasil possuía algo em torno de 50 milhões de habitantes no período de 1950, e o estado de São Paulo possuía sozinho algo em torno de 9 milhões (VILLALTA 2002). Mesmo com o alto número de analfabetos no país, é nessas condições que se desenvolveu a Editora *Abril* e mais tarde a *Revista Veja*. Existia na época uma forte tendência a modernização nacional, o que foi um fator determinante para a consolidação do empreendimento da família Civita.

Essa empreitada inclui trabalhar duro para exercer um papel renovador, não apenas no panorama editorial, mas também e, sobretudo na formação de novos hábitos da nação, aguçando curiosidade, avivando seus interesses, aprofundando sua cultura e lhe dando verdadeira dimensão do seu papel no mundo (1986 apud Villalta, 2002, p.02).

A origem da revista *Veja* está diretamente relacionada à experiência no mercado gráfico da família Civita, como no caso da Argentina, e a consolidação da editora *Abril* por meio de outros exemplares que a antecederam a *Veja*, entre tais exemplares figuravam os seguintes *Pato Donald* e a *Quatro Rodas*, junto a isso os exemplares voltados a Fotonovelas. A revista realidade antecessora da *Veja*, entra em crise devido ao AI-5 e a mudança de panorama dentro de *Abril* para a editoração de uma nova revista que viria a ser a revista *Veja*, que acaba por sacramentar a descontinuidade de *Realidade* em 1978.

O que permitiu a *Revista Veja* se consolidar, foi o fator do grupo empresarial por trás da editora *Abril* ser bem estruturado tanto no que tange a questão técnica e de logística como também financeiramente. A opção pelo formato inspirado na *Time* e na *Oggi*, ocorre pelo fator de declínio dos periódicos ilustrados que pode ser compreendido pelo boom da telecomunicação. (imprensa de transição)

As movimentações para o lançamento da nova revista se iniciam nove anos antes de sua primeira edição ser publicada. Tal mobilização inclui a insistência do Civita filho, junto a parceria de nomes como o de Mino Carta. Contudo, o início não foi tão simples, duramente criticada pela concorrente *Manchete*, devido a baixa qualidade tanto na parte estética, técnica e de conteúdo, junto a isso uma baixa aceitação por parte do público de início.

O primeiro exemplar entra em circulação 11 de setembro de 1968, tendo uma das capas mais polêmicas do periódico devido ao contexto que estava inserido, trazendo na capa do exemplar o símbolo comunista, vinte anos depois Victor Civita comenta sobre a edição e dando a atender certo arrependimento desse ser o primeiro exemplar (VILLALTA 2002). A revista tinha como proposta integrar o país através da notícia, porém teria grandes obstáculos como a censura prévia ressuscitada pelo AI-5.

Para Mino Carta, existiam duas dificuldades “o primeiro, “mais ameno e fácil de contornar, era o fato de que o possível público leitor da nova revista não estava acostumado com uma revista de pequeno formato, fotos pequenas, muito texto que, além de informativo, propunha uma perspectiva dos acontecimentos da vida nacional; afinal era interpretativo.” “O segundo, mais incisivo, dizia respeito ao fato de o mundo inteiro estar vivendo um momento de inquietações e aqui havia, além do mais, um regime ditatorial e absolutamente censório, que ao menor sinal de rebeldia de uma publicação não hesitaria em demonstrar sua força” (VILLALTA, 2002, p.).

Contudo a revista foi se consolidando aos poucos depois de certas reorganizações internas de publicidade e formato da revista, e também se tornou símbolo da intelectualidade brasileira eleita pela classe média brasileira. A novidade nos exemplares de Veja está no modo como aborda a notícia a partir da interpretação/analítico comum na imprensa estrangeira. O exemplar consegue se consolidar em definitivo em 1976, quando a partir da venda de suas tiragens passa a ser lucrativa e a cobrir os rombos relacionados aos gastos tidos com a fabricação do exemplar e diferentes investimentos.

A publicação da Editora Abril situou-se no contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil através da implantação definitiva do capitalismo. Ao menos era isso que dizia a Carta do editor publicada no primeiro número da revista e assinada por Victor Civita: “o Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte e da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de Veja” 36 (VILLALTA, 2002, p. 12).

A revista assume um papel de “novo destino manifesto” se colocando como a ponte necessária para dar ao país a civilidade, e o inserir nos moldes da civilização internacional o retirando do isolamento, em um tom universalista no que viria a ser a carta ao leitor mais tarde na revista, destacando a necessidade de integração. Mesmo

tendo um início difícil a revista consegue se firmar se tornando uma das principais revistas de circulação nacional, muito presente no cotidiano do brasileiro que faz parte da classe média.

Veja atualmente já faz parte do hábito de leitura da classe média brasileira. O que segundo Bernardo Kucinski, acontece porque “as revistas semanais ilustradas preenchem no Brasil uma necessidade importante de leitura, devido à sua longevidade e alcance nacional, especialmente entre as classes médias, que não compram jornais diários. Ao contrário dos jornais, possuem um universo grande e próprio de leitores, distinto do universo dos protagonistas das notícias, e mantém com esse público um forte laço de lealdade. Nas funções de determinação da agenda e produção de consenso atuam como usinas de uma ideologia atribuída às classes médias, inclusive no reforço de seus preconceitos. A lealdade às classes médias fez dessas revistas as condutoras da campanha contra o presidente Collor de Mello, que confiscara suas poupanças”³⁷. (VILLALTA, 2002, p. 13).

Após essa exposição, é importante ressaltar que a *Veja* no nosso entender buscou se consolidar como formadora de opinião dos setores médios da sociedade brasileira, e nesse sentido tem uma produção variada para o público leitor, sobretudo urbano. Frente a isso, fica evidente seu papel de formador/defensor de um perfil político muito vinculado a um projeto capitalista de desenvolvimento, vinculado ao ocidente. Logicamente, então em momentos de crise social ajustava seu discurso a uma política pró valores defendidos pelos ideais de liberdade dos EUA, e ocidente contrapondo-se ao ideário socialista e pró URSS. Percebe-se então que desde de longa data, o posicionamento político mesmo não assumido era um elemento condutor em suas políticas editoriais, o que reverbera em processo de mais longa duração em um posicionamento firme contra um governo identificado como esquerda.

Destarte que a revista tem uma longa tradição de se manifestar politicamente, no caso dos governos do PT assume tal posicionamento de maneira mais aberta, é possível perceber tal comportamento através de suas *Cartas ao Leitor* onde identificamos como o posicionamento refinado do editorial, ou que a Carla Luciana de Silva Souza irá chamar de “sujeito *Veja*”.

Esse histórico permite ao leitor então uma compreensão mais ampla do seu comportamento vinculado ao ideal norte americano liberal, devido a influência que os seus fundadores principalmente do filho de Victor Civita o Roberto Civita, que possui forte influência para que a revista se enquadrado nos moldes da *TIME*, não apenas do padrão estético, mas também nas abordagens de conteúdo. Esse aspecto será

basilar, para compreensão de sua escolha de oposição aos governos do PT, conforme será observado.

A *Veja* constrói homogeneidade em torno dos conteúdos produzidos nos periódicos, na maneira em que são repassados buscando sempre atestar que todos estão de acordo com o pensamento da revista a partir do editor. Além de buscar sua autopromoção.

Busca sempre se colocar como o meio informativo de maior respaldo e importância devido ao fato de ser o periódico de maior circulação nacional. Com isso, possui a possibilidade de criar a síntese da história tanto no sentido de “Resumir a História” (referenciar) como também de selecionar os fatos mais relevantes (Silva 2005). Reiterando sua inspiração na *Time*, o fato de ser semanal retira a necessidade de o leitor ter que está diariamente lendo jornais, devido a aceleração da vida moderna se faz necessário algo mais compacto e sintético, o periódico atribui-se essa função.

O editorial, se propõe a interpretar, ou seja, se auto legitima a capacidade de portador da responsabilidade de quem vai por ordem nos fatos e mudanças que realmente importam, colocando-se como o guia da sociedade. “*Aí é necessário inverter o binóculo, olhá-lo ao contrário, como que, a partir de um fato específico, apresentar um panorama maior*” (*Veja*, 2/3/94, p.17). (SILVA, 2009, v. 32, p. 89).

O modo como a revista comunica deixa evidente seus mecanismos de produção do discurso, que mesmo havendo o esforço de camuflar o que seria o editorial, ora o chamando de *Carta do Editor* e ora o chamando de *Carta ao Leitor*, revela que essa responsabilidade assumida é de realizar um recorte seletivo, que conforme veremos ao longo dessa pesquisa esse “olhar” está de acordo com os princípios neoliberais, que servem de alicerce para definir quais são os problemas e suas soluções. O “sujeito *Veja*” não é observador, ele é um agente formador, que assume o papel de pincelar os aspectos mais importantes da realidade e interpretá-los, o sujeito observador é o leitor que é posto na posição de inércia perante ao periódico.

Por mais que o periódico assume que existe mais de uma maneira de observar o país, a partir do momento que assume ser o melhor, deixa de ser meramente uma opção e passa a ser a “verdade” (Silva 2009). Tira e coloca a atenção em assuntos

pontuais de acordo com seus interesses, se colocando como quem é a portadora do que seriam os desejos do Brasil.

Escolhemos a revista *Veja*, por ser influente no contexto político nacional. Contudo, apesar de naquele contexto estar em uma nova transição de dinâmica da imprensa e da comunicação, ou seja, o periódico dos *Civita* foi um marco da modernidade da era da comunicação no período de 1950 devido a técnica e nova organização produtiva da informação e conteúdo, marcada pela industrialização do processo, contudo a nova transição é marcada pela digitalização que aos poucos convivendo com antiga formatação vai ganhando maior peso em meio a sociedade, sendo algo que os meios de informação e conteúdo tradicionais vão absorvendo para sua dinâmica produtiva de acordo com o avanço ao acesso à internet e a cultura digital no Brasil.

Assim a revista impressa ainda tinha forte influência, pois a digitalização era emergente, contudo, já não era um marco de modernidade, o periódico produzia influência sem ser comprado apenas por ser visualizado nos stands de supermercado nas filas dos caixas.

Digamos que, praticamente, no modelo final onde tudo o que era publicado na revista servia como bomba para o cenário político nacional. Possuía, naquele período, um viés de jornalismo investigativo e, por vezes, denunciando práticas e manobras passíveis de investigações e prisões pela polícia federal (cujas fotos, com o Juiz Sérgio Moro por vezes, estampavam capas para atrair o público).

Nesse viés, também existiam a revista *Época* e *Valor Econômico*, *Folha de São Paulo*, *Estadão* como principais meios impressos e que davam legitimidade aos discursos, porém, elegemos a revista *Veja* como forma de recortar dados de análise e, ainda, pois a entendemos como um cânone dos impressos. Possuía o status de ser a maior revista impressa e de maior tiragem no país de dimensões continentais.

A maior tiragem da revista *Veja* ocorreu em 1994, durante a cobertura das eleições presidenciais do Brasil, que culminou na eleição de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, a revista chegou a ter uma tiragem de aproximadamente 1,2 milhão de exemplares por edição. Esse pico refletiu a grande demanda por

informações políticas e a relevância da revista no cenário jornalístico brasileiro. Durante o período da Operação Lava Jato, especialmente entre 2013 e 2016, a revista *Veja* também teve um aumento significativo em sua tiragem, devido ao interesse massivo do público nas investigações de corrupção envolvendo grandes figuras políticas e empresariais no Brasil. No entanto, esse aumento não superou o pico histórico de 1994.

Anteriormente e durante a Lava Jato, a tiragem da *Veja* ficou em torno de 1,3 milhão² de exemplares, isso demonstra o peso do periódico na influência da opinião coletiva, quanto ao tipo de cobertura dos desdobramentos da operação. No entanto, como dito anteriormente, estamos analisando um período de transição de modelo, com isso, mesmo com tendência de a circulação média da revista entrar em declínio em comparação com os anos 1990, ele ainda mantém suas tiragens em alta.

3.2. As cartas ao Leitor de Veja

Podemos refletir, que as discussões em torno da imprensa como fonte não devem ficar apenas compelidas em buscar, afirmar e justificar hipóteses, ou seja, afirmar posições pré-estabelecidas. Esse debate se faz necessária sua ciência, para demonstrarmos que nosso trabalho durante o tratamento do nosso referido periódico buscou considerar o contexto de sua construção e reprodução, assim buscamos evidenciar anteriormente a posição em que se encontra o periódico da editora *Abril* para a partir desse ponto aferirmos uma análise livre de ingenuidade quanto ao conteúdo encontrado nas revistas.

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento o de manipulação de interesses e de intervenção na vida social;

² “Em 1995, chegamos a 1 milhão de exemplares e em 2013 estamos com 1,3 milhão. VEJA se tornou a segunda maior revista semanal de informações do mundo inteiro, atrás apenas da Time. Há quase 45 anos, eu me orgulho de ser o seu editor”.(Disponível em: <<https://atendimiti.wordpress.com/2013/06/06/memorias-de-um-editor/>>)

nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (Capelato; Prado, p.19.1980).

A partir do exposto por Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, nos serve como apoio na nossa compreensão da utilização da imprensa como objeto, e que ela se encontra em um campo com diferentes grupos, porém existe uma hegemonia de um grupo com o modelo empresarial, que possui maior alcance e capilaridade no escopo social, tal escopo é o público que se disputa a disseminação das visões de mundo. A revista *Veja*, é apenas um exemplo de veículo informacional que faz parte dessa dinâmica, e o golpe de 2016 é o tema que abordaremos, para caracterizar essa relação presente no jogo de escalas.

Como já abordamos a nossa compreensão de neoliberalismo está posicionada e balizada nas concepções de Dardot e Laval e Wendy Brow, ou seja, o neoliberalismo não se apresenta apenas quando há o debate econômico, mas também no debate institucional e social, a partir dos referencias escolhidos em meio as dinâmicas presentes no cotidiano. Na carta a seguir podemos vislumbrar essa relação, o texto não fala de aspectos econômicos, mas traça uma escolha com um debate protocolar valorizando a institucionalidade e colocando como perigosa a continuidade no poder.

Figura 1 – Carta ao Leitor: Democracia madura

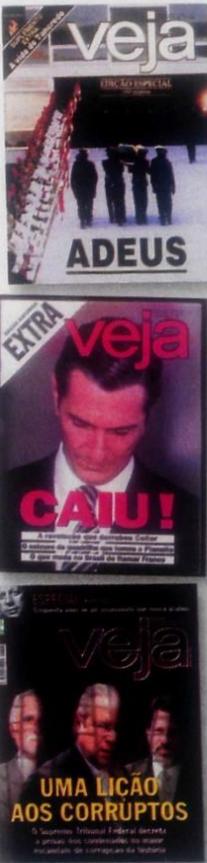
Carta ao Leitor

Democracia madura

Uma reportagem desta edição de VEJA desmistifica a tese corrente de que a democracia brasileira é imatura. Já se vão quase três décadas desde que chegou ao fim o regime militar e os brasileiros retomaram os direitos plenos da cidadania, do voto direto para a Presidência da República e do exercício, com garantia constitucional, da liberdade de expressão. Nestes trinta anos incompletos desde janeiro de 1985, a democracia no Brasil foi testada, e resistiu a quatro grandes crises. A primeira foi a doença de Tancredo Neves, que no dia em que receberia a faixa presidencial estava inconsciente sob anestesia geral no Hospital de Base de Brasília, operado às pressas com um quadro grave de abdômen agudo, de cujas complicações morreria 38 dias depois da internação. “Façam de mim o que quiserem — depois da posse”, dizia Tancredo aos médicos que, informados de suas fortes dores abdominais, vinham tentando interná-lo para exames. Tancredo, avô de Aécio Neves, candidato a presidente nas atuais eleições, temia que os militares linha-dura usassem a doença como pretexto para adiar a devolução do poder aos civis. José Sarney, o vice, tomou posse sem oposição. A segunda crise aconteceu com o impeachment de Fernando Collor, o presidente apeado do poder por corrupção, em 1992, pelo voto da maioria do Congresso Nacional. A terceira veio com a prisão de um presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso. A quarta, mais recente, decorreu da condenação e do encarceramento na penitenciária da Papuda da cúpula do PT, o partido no poder, pelo escândalo do mensalão. A democracia brasileira, além de madura, fortificou-se nas crises a que sobreviveu.

A reportagem de VEJA mostra que a alternância pacífica de poder entre forças políticas opostas dominantes é aceita universalmente como prova de maturidade democrática. Por esse conceito, o Brasil chegou lá. Os militares entregaram o poder em eleição indireta no Congresso e acataram o resultado. Depois o PSDB e seus aliados perderam nas urnas o poder para o PT, em 2002, tendo permanecido oito anos no comando do país. O PT terá ficado doze anos na Presidência, se apeado agora na votação popular em segundo turno, no dia 26 deste mês, e não há sinais de que isso provoque alguma ruptura na ordem pública ou constitucional.

Estar maduro, porém, não é garantia de estabilidade permanente do regime democrático no Brasil. Basta lembrar que, ao ser empossado na Presidência da República em 1961, Jânio Quadros saudou seu antecessor, Juscelino Kubitschek, com uma frase nada profética: “O governo de Vossa Excelência que ora se finda terá seu lugar marcado na história por ter estabelecido em bases definitivas os princípios do regime democrático no Brasil”. Oito meses depois Jânio renunciou, lançando sobre a política uma dose cavalara de instabilidade que resultou, mais tarde, em 21 anos de ditadura militar. Durante o governo do PT surgiram de suas alas radicais tentativas de ferir a normalidade democrática com a campanha pelo terceiro mandato de Lula, a volta da censura à imprensa, a estatização da economia e o apoio externo a ditaduras. Todas vêm sendo rechaçadas, não por falta de vontade dos seus proponentes mais exaltados, mas por resistência da sociedade brasileira. VEJA se orgulha de ter feito parte dessa resistência.



Nas capas de VEJA,
relatos de fatos que
testaram a maturidade
do sistema democrático
no Brasil

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LICENÇA DE USO DA VEJA LISBOA, 1998

Nessa *Carta ao Leitor*, é realizado um tributo a jovem democracia brasileira, que apesar de passar por momentos conturbados da morte de Tancredo Neves, impeachment de Fernando Collor, prisão de um presidente do BC (Banco Central) na gestão de FHC e o Escândalo do Mensalão durante o governo do PT, apesar disso a democracia vai bem, segundo a visão da revista, pois pelo conceito escolhido pelo editorial a democracia estaria madura devido a alternância pacífica de diferentes grupos no poder. Contudo não deixa de explicitar com qual grupo está mais próximo ao passo de assumir que uma democracia madura não significa estabilidade.

Essa carta não deixa de mencionar a decisão que está próxima de ocorrer, que é a reeleição de Dilma Rousseff e destaca a permanência de 12 anos do PT no poder, mas que uma possível derrota do PT não dava sinais de provocar instabilidade à democracia. Pode não ter sido mencionado diretamente, mas fica implícito que mais um mandato geraria instabilidade na ordem pública e constitucional, pela forma em que o discurso é dirigido na carta.

"Durante o governo do PT surgiram de suas alas radicais tentativas de ferir a normalidade democrática com a campanha pelo terceiro mandato de Lula, a volta da censura à imprensa, a estatização da economia e apoio externo a ditaduras. Todas vêm sendo rechaçadas, não por falta de vontade de seus oponentes mais exaltados, mas por resistência da sociedade brasileira. VEJA se orgulha de ter feito parte dessa resistência." (Veja 15 de OUTUBRO de 2014).

Assim coloca o PT como possuidor de elementos perigosos e arredios, enquanto acaba por assumir-se como resistência a isso, ou seja, essa radicalização pontua pela revista, perpassa por uma interpretação fora do escopo da realidade como a questão da censura à imprensa, que nada mais é do que uma interpretação enviesada da necessidade de responsabilização dos atos da imprensa, não é o fim da liberdade, mas os limites a partir do exercício pleno da liberdade. Acaba também por colocar o candidato de oposição como representante da nova tradição democrática da nova república brasileira, o herdeiro da "boa política" e defensor da normalidade democrática, como podemos observar no trecho a seguir.

"Nestes trinta anos incompletos desde de janeiro de 1985, a democracia no Brasil foi testada, e resistiu a quatro grandes crises. A primeira foi a doença de Tancredo Neves, que no dia em que receberia a faixa presidencial estava inconsciente sob anestesia geral no Hospital de Base de Brasília, operado às pressas com um quadro grave de abdômen agudo,

de cujas complicações morreria 38 dias depois da internação. "Façam de mim o que quiserem - depois da posse", dizia Tancredo aos médicos que, informados de suas fortes dores abdominais, vinham tentando interná-lo para exames. Tancredo, avô de Aécio Neves, candidato a presidente nas atuais eleições, temia que os militares linha dura usassem a doença como pretexto para adiar a devolução do poder aos civis." (Veja 15 de OUTUBRO de 2014).

Já conseguimos perceber aqui também o discurso do que Carla Silva chama de "sujeito Veja". Essas inferências são possíveis de serem realizadas a partir do dito e do não dito, a partir da análise do conteúdo da carta. Pois essa escolha do meio ao qual estamos analisando possui uma postura, ou seja, "tudo aquilo que é publicado não chega ao público em vão, desde a escolha do papel até a disposição espacial das notícias está imerso em uma lógica de intencionalidade" (ARMAS, 2023).

A revista constrói um espaço no qual fica visível sua tentativa de se colocar como imparcial por figurar do lado crítico aos grupos de direita em momentos conturbados, como o impeachment de Collor e o escândalo de corrupção do BC durante o governo FHC. Contudo a carta como podemos observar, faz uma escolha em seu texto essa escolha está presente desde da capa dessa edição, que possui a foto do candidato Aécio Neves, até o saudosismo com seu avô e a redemocratização do Brasil.

O aspecto usado para colocar o PT como uma escolha ruim seria sua continuidade no poder e sua suposta ala radical, aqui já existe uma gradação do discurso, pois a revista desde da primeira vez que citou o PT em suas páginas o colocava como radical em sua totalidade. Ou seja, constrói uma realidade e reforça um estereótipo existe um desejo de produzir um discurso com tema e conteúdo que favorece um lado derivada dos agentes envolvidos e dos agentes interessados (VAN DIJK, 2015).

Já em dezembro de 2014, a revista muda o seu comportamento com a presidente a chamando de "Dilma Rousseff 2.0", dando a entender uma trégua ao avanço dos discursos de deslegitimação do governo, mas isso ocorre devido a mudança da equipe econômica no segundo mandato, que possui maior afinidade ideológica com o grupo que a Grande Imprensa representa. Abaixo a Carta ao Leitor do início de dezembro de 2014, equipara Dilma Rousseff a Winston Churchill reconhecidamente como símbolo da vitória do capitalismo durante a segunda guerra mundial sob o fascismo, e seu exemplo de superação pessoal.

Figura 2 – Carta ao Leitor: Dilma Rousseff 2.0

Dilma Rousseff 2.0

“**P**ode ter certeza de que os americanos farão sempre a coisa certa. Mas só depois de terem esgotado todas as outras possibilidades.” Essa ironia, que costuma ser atribuída a Winston Churchill, aplica-se à presidente Dilma Rousseff. Durante seus quatro anos de mandato, Dilma cometeu ou deixou que se cometesse toda sorte de equívocos na política econômica. Os resultados foram desastrosos. Estatista, o governo fragilizou a Petrobras e a Eletrobras, as maiores empresas estatais do país. Dizendo governar em favor dos mais pobres, viu aumentar os índices de miséria. Antagonista do mercado financeiro, retomou o topo do ranking mundial na modalidade “a mais alta taxa básica de juros”. Na quinta-feira passada, porém, com a indicação do economista Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, tendo esgotado as demais possibilidades, Dilma começou a fazer a coisa certa.

Escolher um ministro da Fazenda com vasto conhecimento teórico e experiência prática em contas públicas foi apenas o primeiro passo. Mas ele foi dado na direção correta. Agora, Dilma precisa deixar que Joaquim Levy faça seu trabalho sem interferência do Palácio do Planalto — ou seja, dela própria e de seus assessores mais próximos que se consideram versados em economia. A missão de Joaquim Levy, apelidado de “mãos de tesoura”, é cortar gastos públicos de modo que, como explicam os especialistas, o lado fiscal dê uma ajuda à política monetária, possibilitando, entre outros benefícios, a

Se por pragmatismo ou convicção, pouco importa: o que conta é que a presidente tomou uma decisão correta na condução da economia

queda dos juros. Em resumo, Levy terá sido bem-sucedido se conseguir que o Estado brasileiro caiba dentro do PIB.

O equilíbrio das contas públicas é essencial para uma economia que precisa readquirir credibilidade junto aos investidores internos e externos e, assim, escapar do imobilismo estampado pela sucessão de índices pífios de crescimento. O deste ano mal deve levantar a cabeça acima do zero. Com a autoridade de quem criticou o intervencionismo de Dilma Rousseff nos primeiros quatro anos, VEJA faz os mais sinceros votos de que a nova equipe econômica do governo obtenha sucesso em sua empreitada. Isso faria bem não apenas à imagem da presidente, mas pouparia os brasileiros, notadamente os mais humildes, das imensas provações econômicas e desequilíbrios sociais que, até a semana passada, pareciam ser inevitáveis.

13 DE DEZEMBRO, 2014 | veja

"Escolher um ministro da Fazenda com vasto conhecimento teórico e experiência prática em contas públicas foi apenas o primeiro passo. Mas ele foi dado na direção correta. Agora, Dilma precisa deixar que Joaquim Levy faça seu trabalho sem interferência do Palácio do Planalto - ou seja, dela própria e de seus assessores mais próximos que se consideram versados em economia. A missão de Joaquim Levy, apelidada de "mãos de tesoura", é cortar gastos públicos de modo que, como explicam os especialistas, o lado fiscal dê uma ajuda à política monetária, possibilitando, entre outros benefícios, a queda dos juros. Em resumo, Levy terá sido bem-sucedido se conseguir que o Estado brasileiro caiba dentro do PIB." (Veja 03 de DEZEMBRO,2014).

Essa carta ao leitor, possui um aspecto de recuo do periódico com a presidente, enfatiza que ela errou e esgotou as suas possibilidades de erro, restando a ela apenas a acertar, elogia a escolha de um Ministro da Fazenda Joaquim Levy, alinhado a uma política econômica conservadora destacada por cortes de gastos. É possível perceber aqui, a flexibilização do discurso a partir do momento em que a presidente altera uma peça no cenário político alguns meses após reeleita, colocando um nome que agrada o grupo que o periódico representa dentro da tessitura da História, que podemos inferir como empresários, setor financeiro e a nova classe média. Que enxergam os investimentos aplicados no desenvolvimento da parcela do povo brasileiro mais necessitado, como gasto e a solução para o equilíbrio das contas.

Nesse sentido, relações de poder, segundo Van Dijk (2015), são relações específicas de controle entre grupos sociais ou organizações. Esse controle, segundo o autor, tem uma dimensão social e cognitiva: por um lado, o controle das ações (e, por conseguinte, de discursos) de grupos dominados e seus membros; por outro, o controle de suas cognições pessoais e socialmente compartilhadas, como modelos mentais, conhecimento, atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2015). O discurso exerce um papel de pivô no exercício de poder – equipara-se a quaisquer outras ações que possam controlar membros de grupos dominados, como leis, ordens e proibições; contudo, o discurso expressa cognição social e pode, assim, “gerenciar mentes” de outros grupos e seus respectivos membros (VAN DIJK, 2000; 2015). (COUTO;CARRIERI,2018,p.05).

É possível vislumbrar uma situação de controle de um grupo pelo outro através do discurso, durante o período eleitoral houve o acirramento discursivo quanto ao PT e a Dilma Rousseff, tal acirramento do debate reconhecido pelo periódico, o mesmo o utiliza como respaldo se colocando na posição de apoiador dos novos rumos do governo.

"O equilíbrio das contas públicas é essencial para uma economia que precisa readquirir credibilidade junto aos investidores internos e externos e, assim, escapar do imobilismo estampado pela sucessão de índices pífios de crescimento. O deste ano mal deve levantar a cabeça acima do zero. Com a autoridade de quem criticou o intervencionismo de

Dilma Rousseff nos primeiros quatro anos, Veja faz os mais sinceros votos de que a nova equipe econômica do governo obtenha sucesso em sua empreitada. Isso faria bem não apenas à imagem da presidente, mas pouparia os brasileiros, notadamente os mais humildes, das imensas provações econômicas e desequilíbrios sociais que, até a semana passada, pareciam ser inevitáveis" (Veja 03 de DEZEMBRO,2014).

A revista ao final faz um aceno amigável, demonstrando sua simpatia à nova equipe econômica e ao mesmo tempo dá um aviso, que isso está poupando a chefe do executivo de enfrentar fortes desgastes.

Cabe ressaltar, que durante a eleição a revista apostou todas as suas fichas nas delações premiadas da Lava- Jato, para deslegitimar o PT e suas lideranças, criando um ambiente hostil entre o periódico e a mandatária, havendo uma edição extra intitulada “Eles sabiam de tudo” baseada em uma delação premiada, que acusava Lula e Dilma de saberem sobre os esquemas de corrupção que ocorriam na Petrobras. Uma tentativa realizada nas vésperas do segundo turno da eleição, dando continuidade a construção de um imaginário no qual o PT representa instabilidade, corrupção e o fim da credibilidade.

O jogo de poder estabelecido sob o abuso do domínio do discurso, ou seja, a hegemonia a Grande Imprensa estava em consonância com essa linha discursiva, que colocava o PT o governo Dilma, como um grupo que representava o retrocesso do país devido ao intervencionismo estatal, os casos de corrupção, a dita ala radical e a crise econômica que se instalava no país.

Nesse caso, o "abuso" pode ser considerado, de maneira muito simples, como uma violação de normas que prejudicam os outros, dados certos padrões éticos, como regras (justas), acordos, leis ou 5 direitos humanos. Em outras palavras, o domínio pode ser definido como o exercício ilegítimo do poder. (VAN DIJK, 1999, p. 26).

O prejuízo que podemos dimensionar seria a derrota na eleição em 2014 para o PSDB representado por Aécio Neves. Contudo o prejuízo que se estabeleceu foi a forte instabilidade política derivada de uma intensa cobertura da Lava – Jato, junto a queda de popularidade da presidente. Que teria pela frente um governo com pouco poder político para realizar as ações que realizou durante seu primeiro mandato como a alteração da política de juros através do Banco do Brasil e Caixa, assim o governo troca sua equipe econômica entregando o ministério da Fazenda para Joaquim Levy,

mesmo não sendo derrotada estava controlada, forçando o governo a tomar outros rumos e medidas no campo social e econômico do Brasil.

Figura 3 – Carta ao Leitor: A beleza do impeachment

Carta ao Leitor

A beleza do impeachment

A reportagem de abertura da edição especial de VEJA sobre o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado na semana passada, tem como título “Impeachment não é guerra”. Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950.

Não é também uma disputa pessoal, a despeito de a chefe da nação e o deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, dono da iniciativa, terem dado ao processo as cores dramáticas de um confronto em torno da integridade moral de cada um. Reagiu Dilma: “Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública”.

A presidente Dilma Rousseff tem o direito e, sobretudo, o dever de se defender, de modo que o atual processo de impeachment seja fiel ao espírito dos legisladores que o conceberam, sabiamente, como um rigoroso, complexo e deliberadamente difícil procedimento constitucional. Um impeachment concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais de defesa abriria um precedente perigosamente desestabilizador. Executado estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentidos inversos, os dois mecanismos



ATA OU DESATA
Conclusão da crise política é o que se pode esperar do processo contra Dilma no Congresso

servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática.

Embora tenha sua origem na acusação de crime de responsabilidade contra um presidente, o impeachment é, essencialmente, um processo político. Seus rumos e seu desfecho não são determinados pela força ou fraqueza das evidências de autoria do crime imputado ao presidente, mas pelo somatório de forças contra e a favor de sua destituição. A presidente Dilma manterá seu cargo enquanto contar com uma base forte de sustentação no Congresso. Se perder essa base, perderá o mandato.

A beleza do processo de impeachment está no fato de que, ao ser concluído, e seja qual for seu desfecho, o Brasil terá a chance de ter de volta um presidente e um Congresso não mais devotados a saber quem quer vingar o quê, mas inteiramente focados nas grandes questões nacionais da prosperidade sem inflação, da segurança pessoal, da saúde e da educação de qualidade.

14 | 9 DE DEZEMBRO, 2015 | veja

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL

Fonte: Acervo PUCRS/Biblioteca Central.

Um ano após “Dilma 2.0” temos “A beleza do Impeachment”, demonstrando a grande capacidade de flexibilização do discurso e o aumento de sua combatividade, a partir do momento que irá buscar argumentações para normalizar o impeachment, como o presente nesse trecho a seguir.

"A reportagem de abertura da edição especial de VEJA sobre o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado na semana passada, tem como título "impeachment não é guerra". Também não é golpe. O impeachment é previsto na Constituição brasileira e seus termos estão definidos em lei desde 1950."(Veja 09 de DEZEMBRO,2015).

O uso da argumentação pela lei é para afastar a argumentações de golpe, ou seja, justificar a legalidade de um processo, junto a queda da popularidade³ do governo e alinhado à crise econômica. Assim tendo um contexto que favorece o controle e construção de um discurso favorável ao impeachment. Segundo Van Dijk (1999) o contexto é uma estrutura que possui características e propriedades de uma situação social que possuem respaldo para compreensão e produção do discurso. Assim temos as características favoráveis a percepção do impeachment como aceitável e palatável no discurso da imprensa profissional, que precisa fundamentar a argumentação sem parecer radicalizar o discurso e ainda sim se manter como um defensor do equilíbrio democrático como fica evidenciado no trecho abaixo.

"Um impeachment concluído sem que o dono do mandato tenha esgotado seus recursos legais de defesa abriria um precedente perigosamente desestabilizador. Executando estritamente dentro do rito regimental, o impeachment é tão legítimo para destituir um presidente quanto o voto popular o é para elevá-lo ao mais alto posto da hierarquia política do país. Mesmo que em sentido inverso, os dois mecanismos servem ao propósito constitucional da preservação da ordem democrática "(Veja 09 de DEZEMBRO,2015).

A aparente legalidade do processo, uma das características do conceito de neogolpe, se apresenta nessa carta ao leitor devido a linha enfática e persistente da noção de “preservação da ordem democrática”. Essa linha de raciocínio está presente na argumentação que apresentava Aécio Neves em outubro de 2014 como o herdeiro político da redemocratização do Brasil na primeira carta ao leitor apresentada

³ “**Dilma Rousseff** é a presidente reeleita com maior queda de popularidade na transição de um mandato para o outro, segundo pesquisa **CNI-Ibope** divulgada hoje (30) ...A avaliação de Ótimo/Bom da presidente Dilma caiu de 40% em dezembro do ano passado para 12% em março de 2015. O menor resultado foi de 9% em junho. O tópico Ruim/Péssimo subiu de 27% para 64% entre dezembro e março.” Disponível em: <<https://exame.com/brasil/dilma-tem-a-maior-queda-de-popularidade-entre-reeleitos/>> .

anteriormente com o título “Democracia Madura”. O periódico sempre se apresenta como o defensor da democracia e de sua ordem.

Com essa abordagem o impeachment não se consolida em 2015, contudo desde de 2013 existe uma forte queda da popularidade de Dilma Rousseff frente ao governo, como afirma o professor economista Róber Iturriet Avila em palestra intitulada - *rupturas de política econômica e o golpe de 2016 - Durante o evento ocorrido na URGs Curso: O Golpe de 2016.*

Ávila (2019) afirma que:

“...Bom, em 2013 nós temos claramente um divisor de águas, as jornadas de junho de 2013..., mas o fato concreto é que desde lá a aprovação presidencial que estava em um patamar de 60% cai abruptamente em poucos meses para a faixa dos 30% e nunca mais se recupera...”

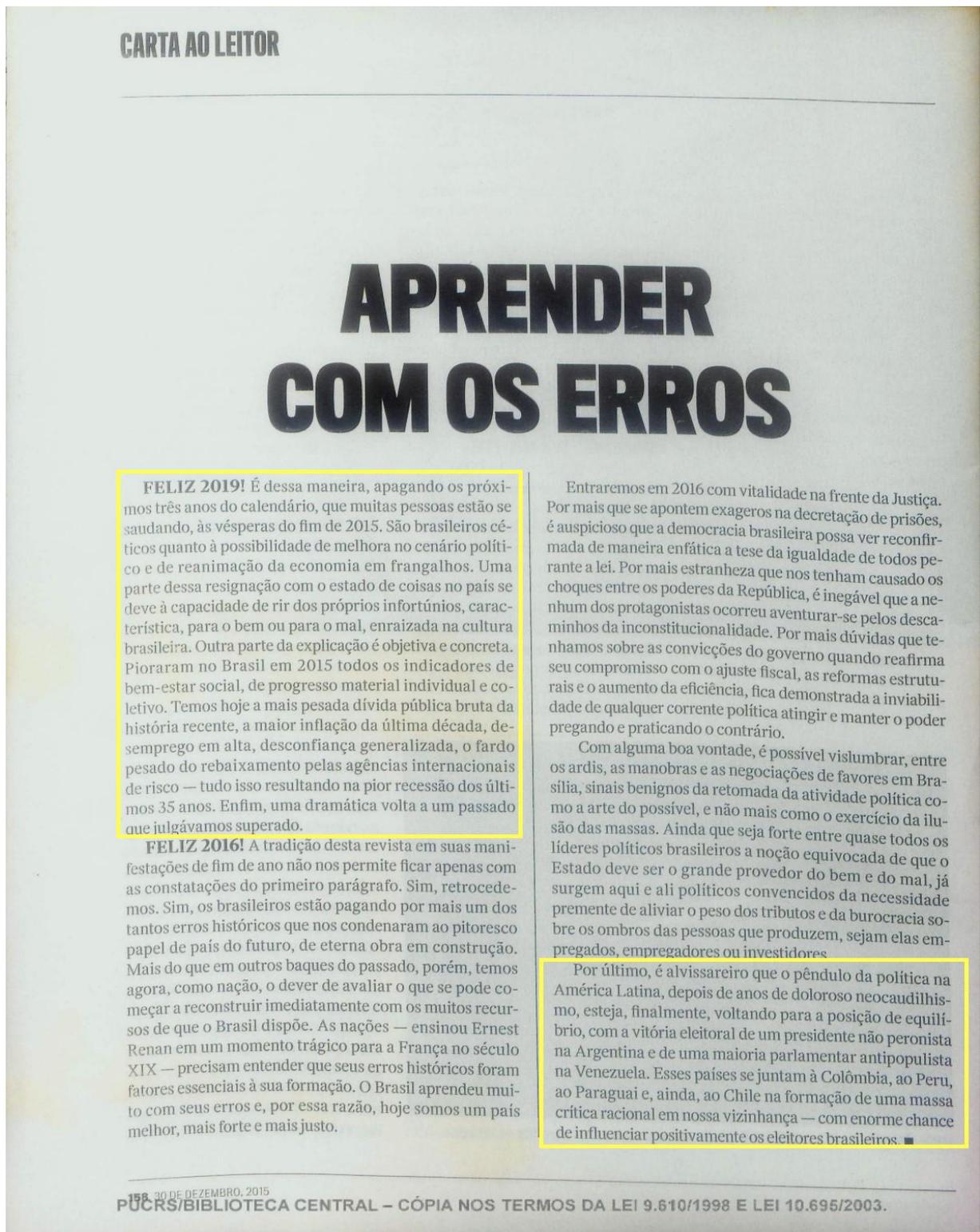
Nessa linha de raciocínio o professor nos sugere, que a aprovação é o que dá poder político, para poder exercer reformas e mudanças necessárias na estrutura política.

Avila (2019) Afirma que:

“...Aprovação presidencial e aprovação do governo dá poder político a quem tá à frente do executivo, à medida que eu tenho essa perda eu tenho a perda de poder político e isso acontece também aqui após o segundo mandato perda de poder político e espaço para fazer a gestão do país...”

A queda vertiginosa da popularidade de Dilma, vai facilitar o endossamento da propaganda antipetista desenvolvida pela revista que irá se utilizar dessa justificativa para fundamentar ainda mais a sua posição de oposição. O que vai auxiliar na consolidação do discurso do impeachment, que começa a ser impulsionado em 2015. Contudo a perspectiva do impeachment como podemos ver na Carta ao Leitor que encerra o ano de 2015, parece um pouco distante devido a frustração presente no texto, mas ainda sim um ano depois de “Dilma 2.0”, elucida a necessidade de “aprender com os erros”.

Figura 4 – Carta ao Leitor: Aprender com os Erros.



No texto apresentado pela carta, existe uma escolha evidente de como se dirigir ao ano novo, ao ressaltar “feliz 2019”, dando a entender que os brasileiros estavam ansiosos para as próximas eleições presidenciais, onde teriam a possibilidade de mudar os rumos do país recolocando a oposição no poder, como podemos ver no primeiro parágrafo da carta.

*" **FELIZ 2019!** É dessa maneira, apagando os próximos três anos do calendário, que muitas pessoas estão se saudando, às vésperas do fim de 2015. São brasileiros céticos quanto à possibilidade de melhora no cenário político de reanimação com o estado de coisas no país se deve à capacidade de rir dos próprios infortúnios, característica, para o bem ou pra o mal, enraizada na cultura brasileira. Outra parte da explicação é objetiva e concreta. Pioraram no Brasil em 2015 todos os indicadores de bem-estar social, de progresso material individual e coletivo. Temos hoje a mais pesada dívida pública bruta da história recente, a maior inflação da última década, desemprego em alta, desconfiança generalizada, o fardo pesado do rebaixamento pelas agências internacionais de risco - tudo isso resultando na pior recessão dos últimos 35 anos. Enfim, uma dramática volta a um passado que julgávamos superado." (Veja 30 de DEZEMBRO, 2015).*

Também é possível notar, uma alusão aos períodos de grande crise econômica no país, realizando uma comparação com novo cenário de crise econômica enfrentada pelo governo em 2015, contudo sem a devida diferenciação que no passado os responsáveis pela crise foram os militares que haviam realizado um grande endividamento do país com FMI, conta que a redemocratização pagou.

Esse jogo de nuances históricas sem construir um argumento robusto, ou seja, apenas um comparativo superficial de momentos distintos, mas com os problemas semelhantes, é mais uma característica dessa linha discursiva do periódico. Que junto a midiaticização das investigações de corrupção, tece uma narrativa que cada vez mais infla o antipetismo no país.

Cabe destacar, assim como nos “Estudo exploratório sobre o noticiário de economia na Revista VEJA” de Heloisa Golbspan Hercovitz, não basta apenas falar do Brasil é preciso dar exemplos a partir dos vizinhos no nosso continente e como esses estão lidando com sua política econômica.

Na reportagem “Um candidato a tigre mora ao lado”, publicado em 26 de Maio de 1993, pp. 48-53, Veja apresenta o Brasil como um perdedor junto com o Haiti, em comparação ao sucesso da reforma econômica no Chile. Os chilenos, diz a revista, os chilenos, diz a revista, optaram pela democracia e a despolitização dos temas econômicos. E fornece a receita chilena: “Caixa do governo em ordem, mercado desembaraçado, exportações e agilidade. Não há mais associação entre ditadura e economia de mercado” (Hercovitz, 1994, p.107).

Essa relação de comparação reaparece ao final da carta ao leitor que estamos analisando, o periódico realiza uma constatação de que as forças políticas na América - Latina estão perdendo força. Como destacado no trecho a seguir.

" Por último. é alvissareiro que o pêndulo da política na América latina, depois de anos de doloroso neocaudilhismo, esteja, finalmente, voltando para a posição de equilíbrio, com a vitória eleitoral de um presidente não peronista na Argentina e de uma maioria parlamentar antipopulista na Venezuela. Esses países se juntam à Colômbia, ao Peru, ao Paraguai e, ainda, ao Chile na formação de uma massa crítica nacional em nossa vizinhança - com enorme chance de influenciar positivamente os eleitores brasileiros." (Veja 30 de DEZEMBRO de 2015).

Nessa perspectiva o Brasil teria de ser o próximo, acompanhando a tendência que se apresenta com seus vizinhos, contudo não ocorreu no ano de 2014 nas eleições, nem no de 2015 com o anúncio do impeachment a mudança segundo revista seria em 2019 após as eleições de 2018. Notamos aqui a flexibilização do discurso, no mesmo mês em que o impeachment surgiu como algo notavelmente possível e justo, o periódico faz um recuo acenando para as eleições de 2018. Como se houvesse duas opções para a mudança da realidade do Brasil naquele período.

Com a chegada do novo ano, em março o periódico faz uma escolha de mostrar em sua carta ao leitor intitulada "PLJ, O MAIOR PARTIDO DO BRASIL", ao qual metade da carta é uma foto do protesto que ocorreu na avenida paulista, e que podemos identificar os símbolos que fazem parte desse "novo partido", as cores verde e amarela, as imagens de Lula e Dilma presos, e o pato da FIESP. PLJ, segundo o periódico, é o Partido Lava a Jato.

Nesse sentido, é possível destacar que existe a escolha da antecipação de 2019, a partir da nova força política dimensionada na carta ao leitor, em que uma operação de investigação e seu Juiz são a unanimidade da movimentação de manifestação que acaba por ser batizada de PLJ.

O PLJ pode ser entendido como a materialização da rejeição do governo, em protestos que estavam marcados pela participação dos setores empresariais, cristalizado através do pato da FIESP, junto ao apoio da Grande Imprensa que podemos observar através da Revista Veja. A manifestação cristalizou o imaginário social que se construiu ao longo do recorte, ou seja, é possível observar na foto que acompanha a carta um boneco inflável do Lula com roupa de presidiário.

Figura 5 – Carta ao Leitor: PLJ, o Maior Partido do Brasil

CARTA AO LEITOR



PLJ, O MAIOR PARTIDO DO BRASIL

A SIGLA DO TÍTULO acima significa Partido da Lava-Jato. Na histórica manifestação do domingo 13 de março, em que mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas de norte a sul do país, houve apenas duas unanimidades: a própria Lava-Jato, que vem desvendando o maior esquema de corrupção já investigado no Brasil, e o juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba.

Tanto nos protestos de domingo como nas manifestações espontâneas que se seguiram à repudiada ascensão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ministro da Casa Civil, nenhum político, nenhuma legenda ganhou a simpatia das ruas. Mesmo os líderes da oposição, que convocaram os protestos dos milhões no domingo, enfrentaram o constrangimento de ser abertamente hostilizados.

Fala-se aqui em PLJ não para sugerir que as operações da Lava-Jato estejam partidarizadas. Essa é a crítica oportunista dos investigados. Fala-se em PLJ para jogar um pouco de luz sobre a desoladora descrença dos brasileiros nos atuais partidos políticos, em todos eles, a começar por aquele que foi outrora o mais popular de todos, o PT.

As evidências de que o grosso da população brasileira confia no combate à corrupção promovido pela Lava-Jato aumentam as responsabilidades de seus operadores e do juiz Moro. Por isso, é imperioso que as investigações transcorram num ambiente de respeito às leis e às normas, sem precipitações, sem atropelos, sem constrangimentos extraleais. E imperioso que os investigadores jamais se igualem no mau comportamento aos investigados.

Em um país tão pouco habituado a apurações capazes de ferir o centro nervoso da corrupção, independentemente da estatura política ou econômica dos envolvidos, é natural que o caminho seja turbulento. O fundamental é não esquecer que os defensores do PLJ nutrem a esperança de passar o Brasil a limpo — e têm o direito de não se decepcionar com as autoridades em quem confiam tal como se decepcionaram com os políticos que um dia elegeram. ■

O PROTESTO DOS MILHÕES O domingo na Avenida Paulista: o direito e a esperança de passar o país a limpo

8.23 DE MARÇO, 2016

PUCRS/BIBLIOTECA CENTRAL – CÓPIA NOS TERMOS DA LEI 9.610/1998 E LEI 10.695/2003.

© REUTERS/PAULO WHITAKER

O imaginário social transmitido através do discurso dominante teve seu reflexo na realidade, A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades (CARVALHO,2005). Essa manipulação presente no discurso teve sua reverberação no social, redefinindo a oposição política que se mantem a direita, mas como novos artífices que são Sergio Moro e a Lava Jato. Podemos assumir aqui, que a liderança de Aécio Neves foi substituída por Sergio Moro e sua autoridade jurídica.

O destaque novamente ao jurídico, dessa vez personalizada na figura de Sérgio Moro, para dar ênfase de justo, necessário e normal, mas a aparência de legalidade tem muito mais valor nesse momento, do que a real legalidade do processo, pois:

A construção de uma narrativa verossímil da destituição e a desqualificação das vozes denunciantes do processo é ponto fundamental para o êxito de um golpe branco. Os principais veículos de comunicação assumem, neste processo, papel fundamental e precisam estar alinhados à tentativa de destituição. Quanto maior a complexidade social e institucional de um país, mais importante se torna a participação da mídia no golpe branco – seja apenas como apoiadora, ou como aliada política mais ativa das forças engajadas no processo. (Monteiro,2018, p.71).

Assim, em 2015 na carta “A beleza do Impeachment” a revista Veja apresenta seu alinhamento com a destituição, e em março de 2016 segue figurando ao lado de um discurso que deslegitima o governo, assumindo seu papel em processo que irá desencadear no golpe. Outro aspecto que aparece na carta é a necessidade de obediência e disciplina, por parte da justiça, para não deslegitimar o processo.

" ...É imperioso que os investigadores jamais se igualem no mau comportamento aos investigados. Em um país tão pouco habituado à apuração capazes de ferir o centro nervoso da corrupção, independentemente da estatura política ou econômica dos envolvidos, é natural da estatura política ou econômica dos envolvidos, é natural que o caminho seja turbulento. O fundamental é não esquecer que os defensores do PLJ nutrem a esperança de passar o Brasil a limpo - e têm o direito de não se decepcionar com as autoridades em quem confiam, tal como se decepcionaram com os políticos que um dia elegeram." (Veja 23 de MARÇO,2016).

Ou seja, a diferenciação com relação ao grupo que se pretende destituir é fundamental no processo de neogolpe, pois é costumeiro serem mais frágeis quando se tornam governo.

Outro ponto importante a ser ressaltado está na diferença entre golpes e neogolpes quanto ao controle sobre a situação pós-golpe. Enquanto nos golpes clássicos, os golpistas têm grande controle sobre o estabelecimento do governo seguinte; no

neogolpe, esse controle é mais frágil, geralmente com a chegada ao poder de um governo tampão, que precisa obedecer à legislação sobre sucessão, até a realização de novas eleições. Os neogolpes, portanto, são muito mais controladores da destituição do governo em curso do que da formação do governo seguinte. Por mais que as forças responsáveis por sua execução tenham alguma indicação mais ou menos precisa de que tipo de elite assumirá o poder, o foco principal é concentrado na retirada de uma determinada força política do poder. (Monteiro,2018, p.72).

Controle do processo de destituição é diferente do controle após assumir o governo, e podemos entendê-lo como o abuso que ocorre dentro do contexto de produção do discurso, que para além de se balizar na Grande Imprensa necessita de quadros técnicos para ampliar seu respaldo. Assim a Lava – Jato através das autoridades jurídicas (Sergio Moro) que a compunha junto a divulgação da mídia teve grande peso no processo de controle do contexto atendendo as demandas das elites econômicas. De acordo com a citação:

Para Van Dijk (1999), se relacionarmos o texto e o contexto, vemos que os membros de grupos poderosos podem decidir sobre os possíveis gêneros do discurso ou atos de fala de uma ocasião concreta. Assim, um juiz ou um professor têm o poder de inquirir e demandar respostas imediatas de alunos ou acusados, por exemplo. O que cabe examinar, criticamente, é como os enunciadores poderosos podem abusar de seu poder em tais situações (VAN DIJK, 1999). (COUTO;CARRIERI,2018,p.06).

Para poderem abusar do seu poder, precisam gozar de amplo prestígio social, ou seja, ter uma moral elevada frente ao cenário social a mídia prestou um importante papel elevando o prestígio social de Sergio Moro através de suas páginas ao longo do processo. O discurso de Veja evidencia a necessidade de evitar a decepção com as autoridades. O aspecto da não decepção podemos compreender com mais afinco quando colocado em perspectiva a decepção com Aécio Neves que acabou sendo mais dos inúmeros políticos que a Lava – Jato atingiu⁴, ou seja, precisam ser incorruptíveis, assim garantindo o processo que é importante para obter o governo até a eleição seguinte, e a formação de um novo de um governo com força para exercer maior controle político.

⁴ Delcídio diz em delação que Aécio foi beneficiário de corrupção em Furnas. Senador fechou acordo de delação premiada com Ministério Público. Aécio diz que 'citações são mentirosas' e 'não se sustentam na realidade'.

< <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/banco-maquiou-dados-enviados-cpi-para-preservar-aecio-diz-delcidio.html>> .

Já no dia 17 de abril de 2016 a câmara dos deputados autoriza a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff com 367 votos a favor e 137 contra. No dia 18 de abril de 2016, segunda-feira a revista Veja lança uma edição extra “Impeachment”, esse periódico não foi encontrado em nosso levantamento, contudo conseguimos acesso a capa que destaca o placar da votação.

Figura 6 – Impeachment



Fonte: Pagina ResearchGate. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Capa-Veja-edicao-extra-2474-ano-49-de-21-abr-2016_fig1_321658344. Acesso em 05/06/2020.

O patriotismo é enfatizado na revista, elucida uma jovem brasileira com semblante de felicidade e alívio ao mesmo tempo. O periódico tenta passar a perspectiva de vitória do povo brasileiro, que ganhou a oportunidade de se ver livre do governo petista.

A capa revela aspectos da redefinição da identidade da oposição política brasileira que passou a se identificar de verde e amarelo utilizando a bandeira e camisa da seleção brasileira. Outro aspecto presente dessa redefinição é o caráter conservador que se manifesta através da votação do impeachment, através das declarações dos políticos que votavam, a qual podemos destacar a fala de Jair Messias Bolsonaro que dedicou seu voto a Ustra.

Mesmo com essas novas características mais conservadoras da oposição se manifestando, a revista no dia 6 de maio de 2016 após o impeachment avançar mais uma etapa que foi a aprovação do relatório, na sua Carta ao Leitor com o título “Com orgulho os olhos do Brasil” de 18 de maio de 2016.

Figura 7 – Carta ao Leitor: COM ORGULHO, OS OLHOS DO BRASIL

COM ORGULHO, OS OLHOS DO BRASIL

DESDE MARÇO DE 2014, quando surgiram os primeiros indícios de que a Petrobras estava envolvida em alguma irregularidade, VEJA dedicou seus melhores esforços para desvendar as tramoias aplicadas contra essa empresa, que já foi símbolo da perseverança e engenhosidade do povo brasileiro. De lá para cá, foram 49 capas sobre o assunto e seus afluentes, todas elas reproduzidas na página ao lado. Coube à aguerrida e talentosa equipe de VEJA, sobretudo aos jornalistas da sucursal de Brasília, comandados pelo redator-chefe Policarpo Junior, a primazia de antecipar aos leitores, com exclusividade, alguns dos capítulos mais reveladores desse enredo.

Nesse percurso, VEJA recebeu aplausos e vaias, como sempre ocorre quando a revista assume um papel destacado na vigilância sobre o poder. Há 24 anos, VEJA liderou a cobertura que levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor. Foi pesadamente criticada como um veículo de “inconfessáveis tendências esquerdistas”. Como o impeachment de Collor logo se tornou uma unanimidade nacional, deixando o então presidente praticamente sem defensores, o papel de VEJA também logo passou a receber apoio sem restrições e aplausos universais.

Nos últimos dois anos, VEJA voltou a ter um protagonismo, desta vez na cobertura do escândalo que acaba de resultar no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e no fim da era PT. Como o impedimento de Dilma nunca

chegou a ser uma unanimidade, pelo menos não com a força avassaladora que se viu no caso de Collor, as críticas de que VEJA se orientou por “inconfessáveis tendências direitistas” custaram a amainar. É com orgulho que VEJA registra as oscilações. Por operarem em polos opostos, ora à esquerda, ora à direita, elas revelam a retidão com que a revista procura cumprir sua missão de vigiar o poder — qualquer poder.

De Collor a Dilma, ocorreu uma transformação radical. A internet libertou do silêncio anônimo uma multiplicidade de vozes que, embora frequentemente produzam uma cacofonia ininteligível, acabaram sepultando o tempo em que a imprensa era voz única e incontestável e, nessa condição, podia apresentar-se como portadora solitária da verdade. Atenta à nova pluralidade, VEJA recebe críticas e elogios com naturalidade e respeito, mas não abre mão de vigiar o poder e divulgar o que sabe, alicerçada na convicção de que a informação é o oxigênio da democracia.

O notável James Madison (1751-1836), quarto presidente dos Estados Unidos e pai da Constituição americana, escreveu: “Um governo do povo sem informação para o povo, ou sem que o povo tenha os meios de obtê-la, nada mais é do que o prólogo de uma farsa ou uma tragédia, ou talvez de ambas”.

Enquanto VEJA existir, os leitores poderão carregar uma certeza: quem quiser estabelecer no Brasil um governo que sirva de preâmbulo à farsa ou à tragédia, ou a ambas, jamais contará com o silêncio de VEJA. Foi assim no passado e assim será no futuro, qualquer que seja o governo de hora. Por essa razão, VEJA não se cansa de repetir que é, e nunca deixará de ser, os olhos do Brasil. ■

AS 49 CAPAS DE VEJA A cobertura do escândalo da Petrobras e afluentes, em um trabalho alicerçado na convicção de que a informação é o oxigênio da democracia

Nas suas primeiras linhas na carta fica ressaltado o longo processo que culminou no golpe de 2016, iniciado em 2014 envolvendo os casos de corrupção com a Petrobras, e numera ao fim da primeira coluna a quantidade de periódicos dedicados às investigações envolvendo a empresa, que são no total de 49. Nessa carta, a revista mostra uma característica que é própria que é de se colocar como o vigilante do país, aspecto trabalhado no item 2.3 quando damos ênfase ao nosso objeto.

Porém, o periódico busca a isenção para mostrar que é imparcial quando se trata de política, ao ressaltar que foi enfática durante o período que levou ao impeachment de Collor, se colocando como vigilante de qualquer poder, não importando ser de direita ou esquerda. Contudo, todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro (ZICMAN, 1985). Assim a revista nessa carta como podemos ver no fragmento a seguir apresenta um grande volume de 49 capas sobre os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras junto a isso desdenha do que chama de tendencia direitista.

“As 49 CAPAS DE VEJA A cobertura do escândalo da Petrobras e afluentes, em um trabalho alicerçado na convicção de que a informação é o oxigênio da democracia chegou a ser uma unanimidade, pelo menos não com a força avassaladora que se viu no caso de Collor, as críticas de que VEJA se orientou por “inconfessáveis tendências direitistas” custaram a amainar. É com orgulho que VEJA registra as oscilações. Por operarem em polos opostos, ora à esquerda, ora à direita, elas revelam a retidão com que a revista procura cumprir sua missão de vigiar o poder – qualquer poder.” (Veja 18 de MAIO de 2016).

O compartilhamento da responsabilidade, colocando que o fortalecimento das críticas, está na nuance de que a internet libertou muitas vozes, transferindo os indivíduos e o novo terreno comunicacional como parte inerente do processo.

“De Collor a Dilma, ocorreu uma transformação radical. A internet libertou do silêncio anônimo uma multiplicidade de vozes que, embora frequentemente produzam uma cacofonia ininteligível, acabaram sepultando o tempo em que a imprensa era voz única e incontestável e, nessa condição, podia apresentar-se como portadora solitária da verdade. Atento à nova pluralidade, VEJA recebe críticas e elogios com naturalidade e respeito, mas não abre mão de vigiar o poder e divulgar o que sabe, alicerçada na convicção de que a informação é o oxigênio da democracia.” (Veja 18 de MAIO de 2016).

A revista Veja reconhece que não é mais portadora solitária do que ela chama de verdade, com a nova dinâmica estabelecida da comunicação, mas a coloca ao seu

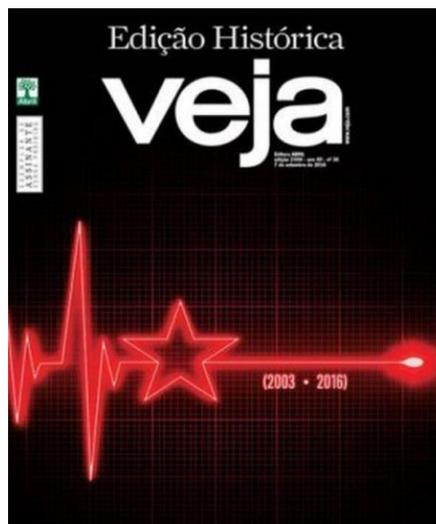
lado ao lado da mesma verdade como uma linha auxiliar sem abrir mão do seu protagonismo.

O que se construí através da revista foi a defesa da alteração governo, desde da primeira carta aqui apresentada com o título “Democracia Madura”, afirmando ser algo natural, e recomendando Aécio Neves, tal discurso é insuficiente para essa troca. Mas alinhado a isso, o sensacionalismo transmitido pelo periódico quanto à cobertura dos desdobramentos da Lava – Jato no Brasil. O executivo tem sua popularidade reduzida, em um contexto de desaquecimento da economia.

A alternância do poder era a expectativa durante eleição de 2014, não ocorreu apesar do intenso boicote. Após o ano de 2015 as eleições de 2018 aparecem como uma grande ansiedade nacional materializada em uma das cartas ao leitor desejando “Feliz 2019!”. Contudo o início dos trâmites do processo de impeachment é iniciado em 2 de dezembro de 2015, tendo seu fim no dia 31 de agosto de 2016 com a cassação do mandato de Dilma Rousseff e a manutenção de seus direitos políticos.

Nesse contexto, a revista lança no dia 7 de setembro de 2016, uma edição comemorando o fim do PT na data da independência do Brasil, criando um contexto narrativo do fim do PT representada na sua capa por um eletrocardiograma parando.

Figura 8 – Edição Histórica



Fonte: disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494>. Acesso em 05/09/2024.

A alusão a morte do PT, no referido ano do impeachment em 2016 é o que fica evidenciado na capa. Mas além disso o destaque para “Edição Histórica”. Nesta edição encontramos a Carta ao Leitor intitulada “Há um país para construir”.

Figura 9 – Carta ao Leitor: HÁ UM PAÍS PARA CONSTRUIR

HÁ UM PAÍS PARA CONSTRUIR

O IMPEACHMENT de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história, depois de uma epidemia de inércia e descalabro. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige. O ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional.

Em um regime democrático, no entanto, a retomada econômica requer um ambiente político civilizado, atuando com um mínimo de concórdia. Por isso, e não por outra razão

Só à luz do enfrentamento incessante da corrupção é que o entendimento nacional poderá prosperar, e a política poderá deixar de ser vista como território fértil para a hipocrisia e o cinismo. A corrupção de uns não pode ser pior do que a corrupção de outros. A pena e o tratamento de uns corruptos não podem ser distintos da pena e do tratamento de outros corruptos.

Nesse contexto, a condenação do deputado Eduardo Cunha, protagonista da próxima batalha a ser travada na Câmara, é central para um futuro de paz. Sua absolvição seria um sinal dramático contra a missão saneadora da vi-

qualquer, o presidente Temer, em seu discurso inaugural, em cadeia nacional de TV e rádio, disse o seguinte: “O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos”.

Por mais que se deseje, a pacificação nacional não será, infelizmente, uma decorrência natural do impeachment. A prova disso já se manifesta nos protestos que aconteceram em algumas capitais na semana passada, nas disputas políticas que aportaram no Supremo Tribunal Federal logo depois da aprovação do impeachment e no próprio ambiente conflagrado que reina no Congresso Nacional.

Para chegar à paz nacional, é fundamental que o impeachment não seja o epílogo da luta contra a corrupção. A continuidade da batalha para higienizar a vida pública é a maneira mais eficaz de derrubar a alegação segundo a qual o combate à corrupção foi, na verdade, apenas um pretexto para promover a deposição do governo do PT.

da nacional e um tropeço clamoroso nas conveniências de uma moralidade seletiva.

Para que o país supere as divisões e consiga conviver com os antagonismos naturais de uma democracia, o papel das instituições terá relevância singular. O Supremo Tribunal Federal, a quem caberá a palavra final sobre tantos figurões da República, deve ser prestigiado e continuar a tomar decisões com equilíbrio. O Ministério Público, sobretudo o Ministério Público, em Brasília ou em Curitiba, tem o dever de corrigir eventuais desvios de rota e manter o vigor e a disciplina na execução de suas tarefas. A Operação Lava-Jato tornou-se parte da redenção nacional.

Há um país para construir. Dos brasileiros que hoje ocupam os postos de comando nas instituições políticas, econômicas e jurídicas, esperam-se a sensatez de quem conhece a gravidade da hora, a generosidade de quem busca o convívio pacífico e democrático, e a determinação de quem sabe onde estão as soluções urgentes de que o Brasil precisa. ■

Do primeiro parágrafo ao último parágrafo dessa carta, fica evidente que a leitura que a revista realiza está alinhada ao quinto aspecto elencado da característica do conceito de Neogolpe “Apoio da mídia e participação efetiva, colaboração ou omissão da mais alta corte do Poder Judiciário no processo” (2018, p.71-73). A necessidade de apontar a normalidade democrática e reforçar que estamos em uma democracia, assim como o destaque do termo técnico impeachment, são fatores no texto que servem de legitimação de controle do contexto através do discurso produzido.

“Em um regime democrático, no entanto, a retomada econômica requer um ambiente político civilizado, atuando com um mínimo de concórdia. Por isso, e não por outra razão qualquer, o presidente Temer, em seu discurso inaugural, em cadeia nacional de TV e rádio, disse o seguinte. “O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil, A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos”. (VEJA, 7 de SETEMBRO de 2016).

Além do reforço de que estamos em um regime democrático, fica evidenciado o reconhecimento da dificuldade de ser um governo tampão (MONTEIRO, 2018), esse reconhecimento e colocada a mostra pelo trecho reproduzido do discurso de Michel Temer. Apesar de existir um imaginário social promovido e desenvolvido durante um longo período que possibilitou o golpe, também existiu um imaginário contra hegemônico que ficou caracterizado através de uma divisão do país, também reconhecido no discurso de Michel Temer que evidencia a necessidade de unir o país.

Outro ponto importante a ser ressaltado está na diferença entre golpes e neogolpes quanto ao controle sobre a situação pós-golpe. Enquanto nos golpes clássicos, os golpistas têm grande controle sobre o estabelecimento do governo seguinte; no neogolpe, esse controle é mais frágil, geralmente com a chegada ao poder de um governo tampão, que precisa obedecer à legislação sobre sucessão, até a realização de novas eleições. Os neogolpes, portanto, são muito mais controladores da destituição do governo em curso do que da formação do governo seguinte. (Monteiro, 2018, p.72).

Para conseguir ter alguma força política, o discurso segue se balizando na motivação que auxiliou no processo de derrube, em uma tentativa de utilizar a luta contra a corrupção como algo que irá auxiliar o impulsionamento do novo governo. Fica perceptível a ausência de seletividade com a ex-presidente, ou seja, não existe moderação. Na ausência de crimes para acusar a presidente Dilma de Rousseff o

periódico se refere a ela como “burra” pela carta quando a enquadra em “*epidemia de inépcia e descalabro*”.

*“O IMPEACHMNET de Dilma Rousseff deve abrir caminho para a recuperação econômica do Brasil, hoje devastado pela mais profunda recessão de sua história, depois de uma epidemia de **inépcia e descalabro**. Sob o comando, agora definitivo, do presidente Michel Temer, o governo federal dispõe, daqui para a frente, da solidez necessária para tocar as mudanças que o país exige. O ajuste fiscal as reformas trabalhistas e previdenciária já ocupam a primeira linha da agenda nacional.”* (VEJA, 7 de SETEMBO de 2016).

A desqualificação para justificar o impeachment fica apenas no campo da ofensa, já que não é possível elencar Dilma Rousseff como corrupta, tanto que é impeachmada sem perder os direitos políticos. Contudo, no mesmo texto, após desqualificar a presidente e justificar sua queda, é reforçada a necessidade da continuidade da luta contra a corrupção contra todos, destacando a necessidade de punir Eduardo Cunha. Flexionando ambos os sujeitos como exemplos da luta contra a corrupção.

“Nesse contexto, a condenação do deputado Eduardo Cunha, protagonista da próxima batalha a ser travada na Câmara, é central para um futuro de paz. Sua absolvição seria um sinal dramático contra a missão saneadora da vida nacional e um tropeço clamoroso nas conveniências de uma moralidade seletiva.” (VEJA, 7 de SETEMBO de 2016).

*“O Ministério Público, sobretudo o Ministério Público, em Brasília ou em **Curitiba**, tem o dever de corrigir eventuais desvios de rota e manter o vigor e a disciplina na execução de suas tarefas. A Operação Lava - Jato tornou-se parte da redenção nacional.”* (VEJA, 7 de SETEMBO de 2016).

O que nos permite inferir que a revista deixa em aberto uma possível interpretação de que o ocorrido está relacionado com o resultado da luta contra a corrupção. Junto a isso, reforça a importância de forma saudosista do papel do STF (Supremo Tribunal Federal), MP (Ministério Público) e a Operação Lava Jato como redentores do Brasil.

Isso nos permite verificar que o discurso presente na revista mante um posicionamento quanto PLJ (Partido Lava Jato) bem definido. E articula de diferentes formas de maneira que convém com o seu discurso, a fim de justificar suas posições e interesses, o que reflete no que entendemos como um discurso flexível. Contudo, esse discurso reverbera no social, naturalizando e criando estereótipos.

Cabe ressaltar que essa linha discursiva não é exclusiva da revista *Veja*, que tal linha se apresentou nos outros meios de comunicação do que chamamos aqui de imprensa hegemônica, evidente que em diferentes graus e escalas, mas todos possuindo uma mesma linha discursiva.

O que queremos evidenciar, é que o periódico aqui estudado representa um discurso e não é o único enquadrado dentro desse discurso é apenas um dos exemplos possíveis dentro dos diferentes veículos da Grande Imprensa. Enquadrado na noção de uma possível participação no que tange a convivência com o golpe de 2016. Cabe ressaltar também, que tal convivência se mantém por parte de alguns outros meios de comunicação mesmo após o retorno do PT ao comando do país em 2022, com o terceiro mandato de Lula.

A partir da análise das cartas aqui apresentadas, podemos evidenciar o posicionamento anti-PT, presente no discurso do periódico, esse discurso por sua vez possui flexibilizações de acordo com o contexto que está inserido. É possível vislumbrar que no período eleitoral de 2014 existiu um movimento balizado na desmoralização e radicalização do que o PT representava, enquanto o PSDB e seu candidato eram colocados como apaziguadores e representantes do equilíbrio democrático, ou seja, o PT nesse contexto era perigoso, pois representava através do discurso da mídia a corrupção e o perigo do fim da democracia. No contexto de reeleição de Dilma Rousseff, existem dois recuos que podemos evidenciar, um recuo da chefe do executivo realizando mudanças no Ministério da Fazenda, e um recuo do discurso de *Veja* em consequência desse recuo de Dilma, ou seja, a partir do momento que o governo sinaliza mudanças na sua equipe econômica que tendem a agradar o grupo que está representado historicamente pela Grande Mídia, Dilma Rousseff é equiparada a Winston Churchill. No contexto após um ano de governo e acirramento da crise econômica final de 2015, a abertura do processo de impeachment ganha notória relevância nas páginas de *Veja* e na sua Carta ao Leitor, com destaque ao caráter legal do processo, mas não apenas o impeachment, mas a destituição como elementos paradoxais, porém democráticos, assim o discurso buscou balizar-se também no descrédito presente no primeiro contexto ao qual o PT é corrupto e perigoso para a estabilidade democrática.

4 Considerações finais

Ao finalizarmos essa dissertação convêm expor os desafios de se trabalhar com a história do tempo presente no cenário brasileiro. Isso posto nosso trabalho buscou contribuir para uma reflexão mais densa sobre os jogos de poder envolvidos nos processos políticos e por óbvio o papel das mídias nas disputas entabuladas nesses contextos. No caso analisamos a *Veja* como uma das articuladoras públicas da legitimação do Golpe de 2016, aspecto que contribuiu para eleição do Presidente Jair Bolsonaro e as crises daí advindas. Iniciamos com essa reflexão para demonstrar como essa ruptura institucional ocorrida em 2016 reverberou e ainda reverbera no escopo político brasileiro, tanto no aspecto simbólico como no aspecto prático. A extrema direita ganhou um espaço nada vulgar no escopo político e conjuntamente com os elementos externos (governos autoritários em vários países do mundo), tornou-se um período de desafios para as democracias como é o caso da brasileira.

Isso posto, nessa dissertação procurei, de forma modesta, mostrar um dos elementos que coadunaram na formação e consolidação de um ideário ante petistas/esquerda no cenário nacional, sobretudo com um discurso anticorrupção e com uma pauta conservadora e vinculada aos questionamentos de questões identitárias e reforço a pautas religiosas. Mesmo a *Veja* que tinha como mote uma liberação na pauta identitária e dos costumes interagiu com esses contextos no momento que eram significativos para questionar os governos petistas. Destaco que após esse momento, e com a eleição de Bolsonaro houve um recuo da *Veja*, no entanto, não foi feita um “mea culpa”, de sua participação, aspecto que no nosso entender ocorreu com a Rede Globo. Soma-se a isso o fato que a *Veja* continuar a defesa da pauta neoliberal de forma concreta o que a coloca em uma postura de “fio da navalha”, se opondo a um autoritarismo extremo, mas defendendo a exclusão social econômica. Nas Cartas ao Leitor, foco de nossa pesquisa, esse aspecto ficou evidente o que clarifica a postura da referida revista e é um dado importante de análise. Nesse sentido, nossa contribuição é que em um jogo de escalas vários atores foram importantes para

derrubada do governo Dilma e do “verniz” democrático brasileiro e observar as atuações desses grupos é uma pauta importante para história social e política, visto que, estabelece alguns parâmetros de análise para compreensão da atuação desses agentes históricos. Frente a isso, é digno de nota, que a Veja sim foi um dos atores sociais que contribuiu para a crise política brasileiras pós 2016 que de certa forma ainda está presente e tumultua a jovem democracia brasileira.

O PT mesmo tecendo alianças com setores políticos que representam a hegemonia do poder econômico, causou circunstâncias que levaram a construção de uma intensa descaracterização da agremiação que a cada momento de crise era algo que se evidenciava, e assim ocorreu no contexto que desencadeou o golpe de 2016, pois o primeiro governo Dilma no auge do prestígio dos governos anteriores de Lula, permitiu mudanças mais profundas que se concluídas resultariam em um outro tipo de Brasil, como a questão da mudança da política de Juros e o encaminhamento de uma economia mais industrializada, e o avanço com as políticas de reparação do Estado referentes a época da ditadura com trabalhos promissores pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Porém, mudanças no cenário econômico, social junto a queda da popularidade de Dilma Rousseff, deram força a construção e controle de discursos que auxiliaram na deterioração da imagem da agremiação e da chefe do executivo, junto a isso a explosão na mídia da operação Lava- Jato, que acabou servindo como mais um dos motivos para a derrocada do PT. Assim nosso principal objetivo no primeiro capítulo foi apresentar o contexto ao leitor, seguido de uma articulação dos principais conceitos explorados nesta pesquisa, e a apresentação de como o objeto de estudo se relaciona com o tema proposto.

Entendemos que ocorreu um tensionamento da ordem institucional que se tornou insustentável, incluindo contexto de crise econômica, crise política e crise social. A isso está incluso a intensificação da Grande Imprensa em evidenciar e associar a corrupção mais ao PT.

Nesse sentido, podemos observar que existe um sentimento anti-PT desde antes de sua chegada ao poder quando era colocado de certa forma como um herdeiro

do comunismo. 2005 é um marco pelo escândalo de corrupção do mensalão tendo grande ênfase a desmoralização do PT por escândalos de corrupção. Esse episódio não foi insuficiente para gerar uma derrota do partido no pleito eleitoral devido aos bons indicadores econômicos e sociais, porém, afunila ainda mais o pacto conservador devido ao rearranjo político do PT que passou a coligar com o PMDB.

Assim como já retratado no primeiro capítulo Dilma Rousseff teve um primeiro mandato regular no desempenho econômico em comparação ao último governo Lula que teve um PIB de 7%. Mesmo assim, em seu primeiro mandato um ano antes das eleições de 2014, ocorreram as jornadas de junho de 2013, movimento de contestação política que pode ser compreendido como o desgaste do modelo político vigente que concilia aspectos paradoxais e estabelece a manutenção do conservadorismo e reformas graduais. Esse movimento teve como uma das suas primeiras reivindicações o passe livre, e depois teve a ampliação de suas pautas de acordo com a capilarização do evento e cooptação por parte dos setores de direita, que foi possível pela ausência de definição posicionamento e manifestação partidária dentro das manifestações. Cabe ressaltar que é nesse contexto que nasce o MBL (Movimento Brasil Livre), sendo esse um dos aspectos que demonstram a derrocada à direita que as jornadas de junho de 2013 ganharam. Que nos anos posteriores se acirram com manifestações verdes e amarelas nos bairros nobres do país.

O período das jornadas de junho de 2013, ocorreu durante a execução dos eventos esportivos no país que eram Copa das Confederações, Copa do Mundo, e as Olimpíadas. Parte da revolta que motiva as jornadas está nos altos gastos de dinheiro público para a realização dos eventos e a aparente má competência desses recursos, que reverberam nos meios de comunicação com possíveis casos de corrupção e atraso com prazos de entrega de Estádios e obras de infraestrutura. Até a retirada de contexto de uma frase do ex-jogador Ronaldo Fenômeno foi utilizada para aguçar o cenário de acirramento político a frase era *“Não se faz copa do mundo com hospitais”*. Durante esse processo, houve essa tentativa de colocar o país como um gastador sem critério, devido ao investimento em questões pertinentes aos eventos de repercussão mundial. Contudo o país como ressaltado na primeira parte desse texto vinha ampliando seus investimentos nas áreas pertinentes ao social, um dos grandes

marcos é a universalização do acesso à vacinação e sua vinculação como obrigatoriedade para que as famílias responsáveis pelas crianças pudessem receber o benefício.

Podemos compreender, que nesse período já havia uma tendência do uso má performance da condução dos investimentos em infraestrutura para os grandes eventos, como um ponto de partida para gerar desgaste e crise política no governo Dilma Rousseff. Assim como ocorreu em 2005 com escândalo do mensalão durante a gestão de Lula. Essa tentativa de desgaste não foi suficiente para enfraquecer o PT para as eleições de 2014.

O desempenho econômico do governo Dilma Rousseff, não chegou próximo aos feitos econômicos do período Lula. Mas não foram ruins a ponto de gerarem recessão da economia, o que tivemos em seu primeiro mandato foi um PIB inconsistente, o que queremos dizer é que o país cresceu tendo seu melhor ano de crescimento em 2013, mas um recuo no crescimento em 2014.

A crise econômica que o país enfrentou em 2015 é em decorrência do cenário mundial, o recuo no valor das commodities atingiu com força a economia brasileira que possui forte dependência desse setor para composição do PIB, tendo em vista que esse é o setor historicamente hegemônico na nossa economia, com raros momentos com destaque para o setor industrial que nos últimos 30 anos não vem sendo desenvolvido. Esse fator da crise econômica era o aspecto que faltava para acirrar o desgaste do governo Dilma que chegará ao seu segundo mandato, tendo que realizar uma série de realinhamentos dentro do governo no que tange alianças e medidas políticas, em busca de garantir a governabilidade e chegar ao final de seu segundo mandato, que inicia com forte pressão de seus adversários no que tange questionar a legitimidade das urnas e impedi-la de governar, tais aspectos figurados pelo tido candidato da “boa política” Aécio Neves.

Um marco importante a ser destacado é a ruptura que o governo Dilma Rousseff produziu mais notadamente no ano 2012 com o setor financeiro que representa a ruptura com o pacto conservador estabelecido nos governos Lula. Essa ruptura representa a tentativa de constituir uma nova matriz macroeconômica, tendo como característica chave a mudança na política monetária, reduzindo a taxa de juros

pelo BC (Banco Central) e os bancos públicos como BB (Banco do Brasil) e CEF (Caixa Econômica Federal).

Essa mudança de rumo na economia brasileira, é possível pois o governo batia altos índices de popularidade, vislumbrando desenvolver o setor industrial do país.

As mudanças de horizontes, ou seja, a nova política macroeconômica. Vai gerar influências no meio empresarial que afetaram investimentos, como taxa de crescimento econômico, e a taxa de desemprego.

Como ressaltado, essa mudança no panorama só é possível devido à elevada taxa de aprovação do governo, que pode ousar romper com o pacto conservador e buscar tomar medidas que privilegiam uma reforma mais profunda. Contudo as jornadas de junho de 2013 tornam-se um fator que deteriora a popularidade. A partir de 2013 é possível evidenciar também que nesse momento a ascensão de setores empresariais, conservadores catalisando narrativas contra o governo junto a setores midiáticos, como aspecto do setor midiático podemos destacar as capas da revista *Veja* às vésperas do segundo turno das eleições de 2014 intitulada “Eles sabiam de tudo”.

Podemos inferir que houve uma certa mobilização para desfavorecer o PT para tentar derrotá-lo nas eleições de 2014. Contudo, isso não ocorreu, mas desgastou o governo que assumia seu segundo mandato com a economia dando sinais evidentes de recessão

No que tange ao acirramento da crise sociopolítica podemos destacar como marco a não aceitação por grupos da extrema direita e liberais do resultado das eleições. Isso evidencia a necessidade de um recuo do governo frente às suas medidas políticas econômicas e sociais.

O segundo governo Dilma Rousseff é marcado pelo o que podemos chamar de o grande recuo, pois é feita a tentativa de efetivar novamente o pacto conservador, a exemplo disso foi a entrega do ministério da fazenda para o setor financeiro que podemos observar na carta ao leitor “Dilma 2.0” quando muda seu ministro da fazenda. Com isso temos o recuo baseado na redução dos gastos governamentais.

Na época tais medidas eram atribuídas à “fada da credibilidade”, ou seja, acreditava-se que com a redução dos gastos, se teria resultado no sentido de fazer a

economia retornar a crescer. Contudo essa tentativa fracassa e piora ainda mais a crise econômica do país e deixa a figura de Dilma Rousseff ainda mais fragilizada.

Tudo isso deságua na crescente perda de apoio do governo, que passa a sofrer com a forte oposição dos setores de extrema direita e da direita que possuíam um certo alinhamento pelo aspecto da conciliação estabelecida anteriormente. O que nos levará ao processo de derrubada da presidente e o início de uma proposta de governo que foi derrotada nas últimas eleições.

Com a retirada do PT do poder, o novo inimigo se torna os direitos sociais garantidos pela constituição federal, que entram em debate e tornam-se os principais temas de reforma. Com isso, são efetivadas reformas que irão reduzir e retirar tais direitos. Podemos destacar como marco na redução de direitos a EC 95, que tem como principal característica a progressiva redução de investimentos em saúde e educação até 2036.

Nesse contexto, compreendemos que a carta ao leitor tem um efeito semelhante ao princípio da “quebra de quarta parede”, que é comum nos meios de entretenimento como teatro, cinema e televisão. Ou seja, é um momento em que o personagem se dirige a sua audiência e se comunica com ela, estabelecendo um vínculo e fazendo com a história narrada transcenda a ilusão de um mundo em separado.

A carta ao leitor, se apresenta em um processo de inversão com seu público, onde o periódico quebra a quarta parede e escreve para o público leitor uma carta, narrando de acordo com sua visão sua leitura dos acontecimentos que virão adiante a serem apresentados no periódico, já condicionando a opinião através de um vínculo de intimidade e convivência.

Essa ação de construção de uma narrativa a partir de uma convivência ampla, ou seja, não envolvia apenas a Grande Imprensa foi ganhando novos fatores de acordo com a perda de apoio político que a gestão de Dilma Rousseff sofria, a narrativa muitas vezes balizada na Lava – Jato e seu tom legalista desempenhou importante reverberação no imaginário social ganhando apoio civil no processo, mas apenas isso não produziria os efeitos necessários, o apoio da mídia e sua participação efetiva (MONTEIRO,2018), é um dos fatores que abordamos na nossa dissertação,

contudo o conceito de neogolpe desenvolvido por Eduardo Valente Monteiro inclui um conjunto de características.

Essas características submergiram como a famosa frase de Romero Jucá que dizia ser um pacto pela mudança “com o supremo com tudo”, que revelou um dos aspectos era reduzir o impacto da Lava-Jato o que também revelou o uso político da investigação federal, Junto a isso Luiz Roberto Barroso ministro do supremo tribunal federal afirmou em artigo que a causa do impeachment não foram as pedais fiscais, mas sim a perda de apoio político. Assim fica evidente uma corroboração de elementos que se completam e formam essa ampla convivência por um objetivo final que era a troca da chefia do executivo, junto a outras questões que representavam interesses de grupos, mas principalmente do grupo empresarial e financeiro que possuíam forte interesse em reformas que seguiram modificando direitos essenciais do trabalhador, como reforma da previdência e a redução dos investimentos em saúde e educação intitulados como gastos. Mas também atendendo a interesses de outros que se consolidaram nessa aliança, como a desaceleração da Lava – Jato, e o não seguimento de protocolos indicados pela Comissão Nacional da Verdade como a alteração da composição da Comissão de Anistia, atendo a demandas de setores mais conservadores que compunham o governo.

Esse cenário revela uma nova configuração política que envolve setores de direita e conservadores, que segundo Michel Amlle (2003) é o que podemos elencar como aliança conservadora. Essa aliança segundo SILVA (2004) é uma coalizão composta por 4 grupos, neoliberais (orientados pela racionalidade econômica; Substituição do entendimento de cidadão por consumidor ;A defesa de que a racionalidade econômica deva dirigir tudo), neoconservadores (retorno a tradição; Estado forte e regulador em torno dos valores sociais; Saudosismo com o passado (local da verdade do real saber) - Educação em prol do patriotismo e formação moral; Medo do outro das diferenças culturais), Populistas autoritários (Influente da direita cristã; Posições baseadas a partir da leitura da bíblia; Matriz debatida por esse grupo incluem temáticas como gênero, sexualidade e família; Se identificam com os neoconservadores; Entendessem como perseguidos e oprimidos por aqueles que discordam de seus posicionamentos; Forte interesse na área educacional nos livros

didáticos e nos professores), Nova classe média (Formulado por quadros técnicos, gerenciais, intelectuais e profissionais qualificados; Grupo responsável pelo apoio técnico para a aplicação das políticas neoliberais e neoconservadoras; Braço importante da união devido a sua a posição social; Ressentimento com as políticas públicas).

O aumento dessa aliança no Brasil ocorre em 2010 baseado em três pilares “libertarianismo”, fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo. (MIGUEL,2016), durante o auge do governo Lula essa aliança vive seu auge durante as eleições de 2018 com destaque para os neoconservadores como as principais lideranças, isso reflete a redefinição de identidade que podemos relacionar com a manipulação exercida com o imaginário social de acordo com José Murilo de Carvalho.

Os movimentos realizados pelo grupo neoliberal representado no discurso da Grande Imprensa, trouxe junto dessa ação setores da configuração política que dentro da nova democracia que não possuíam protagonismo político, dessa maneira esses setores que tiveram uma parcela de participação, mas não o maior volume de participação acabara se tornando protagonistas durante o processo no momento da redefinição das identidades devido ao desgaste desses setores neoliberais. Assim a oposição política ganhou características marcantes dos setores conservadores durante o processo se afastando de uma direita pragmática economicamente e com cuidados pontuais com a questão social, aproximando-se de uma direita neoconservadora que possui aspectos.

Em síntese, o problema do carona se materializa nas eleições de 2018, a qual Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil. Colocando em pauta que o neogolpe, portanto, são muito mais controladores da destituição do governo em curso do que da formação do governo seguinte (Monteiro,2018). O grupo beneficiado pela ação coletiva no qual possui destaque de protagonistas, por não possuir os aparelhos privados de hegemonia, como no caso dos grupos neoliberais que possuem historicamente suas demandas apresentadas na Grande Imprensa, acabaram chegando ao executivo do Brasil, e partir desse ponto de poder estruturando sua

comunicação através do desenvolvimento de mídias mais próximas ao alinhamento ideológico neoconservador através do suporte digital e a internet.

O golpe de 2016 representou não apenas o declínio de um governo que se colocava a esquerda mas também o desgaste político dos representantes dos grupos a direita que figuravam na agremiação do PSDB que após esse processo não se recuperou, diferente do que ocorreu com PT que mesmo após a prisão de Lula durante o período eleitoral de 2018, conseguiu se manter forte no cenário na disputa do imaginário social, também por aspectos que desgastaram os setores neoconservadores como a pandemia, casos de corrupção, e anulação da prisão de Lula.

Por fim, o golpe não representou o fim do PT como a revista Veja tentou retratar em sua capa de 7 de setembro de 2016, mas a deterioração PSDB que perdeu o protagonismo político de liderança da histórica da oposição na nova república, passando para forças neoconservadoras saudosistas da ditadura militar.

Os efeitos desse golpe político, ainda reverberam no cenário brasileiro e nas configurações e reconfigurações das forças políticas e das narrativas através dos periódicos, com surgimento de novas alianças políticas e novos veículos de imprensa como no caso de meios identificados ideologicamente com os neoconservadores. Contudo o Golpe de 2016, é efeito em parte do golpe de 1964, o conservadorismo saudosista foi componente na potencialização dos avanços neoliberais e neoconservadores forjando uma ala política que encontrou espaço para se acomodar e disputar os espaços de governo.

Sabemos que nossa pesquisa não preenche todas as lacunas que esse tema exige e que inclusive abre novas lacunas na História. Afinal a HTP (História do Tempo Presente) é uma produção historiográfica eminentemente política atribuindo ao que se narra valores e significados (Muller; Legelski 2018), o que abre margem para inúmeros questionamentos e abertura de novos tópicos. Assim nossa dissertação buscou abrir o leque de possibilidades possíveis de exploração desse tema que reverbera tanto na contemporaneidade política nacional, na democracia do país, e na vida dos brasileiros. Frente a essas questões reafirmamos que essa temática é um rico mosaico para pesquisa e como tal merece uma maior dedicação de

pesquisadores para uma compreensão mais clara dos agentes históricos envolvidos nos processos políticos, que envolvem os embates de poder em uma nação com a democracia ainda frágil e em construção. Urge, dessa forma, uma reflexão mais profunda no aspecto da presença constante do autoritarismo e sua “naturalização” na mídia e na sociedade como um todo, visando uma melhor e maior conscientização da social. Afinal, esse deveria ser papel da história/historiador, no nosso entender, apontar as contradições sociais e a partir daí estimular o pensamento crítico e a cidadania. O que buscamos modestamente nessa dissertação.

5 Fontes

CARTA AO LEITOR: DEMOCRACIA MADURA. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nn1ve5c>. Acesso em: 10/08/2024

Revista Veja. Disponível em: Acervo PUCRS/Biblioteca Central.

ESPECIAL IMPEACHMENT. [S. L.]: Abril, n. 2494, 7 set. 2016. Semanal. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ESPECIAL IMPEACHMENT; CAPA. Abril, n. 2494, 7 set. 2016. Semanal. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494>. Acesso em: 05/09/2024

IMPEACHMENT. Edição extra. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Capa-Veja-edicao-extra-2474-ano-49-de-21-abr-2016_fig1_321658344. Acesso em: 15/09/2024

6 Referências

APPLE, M. W. **Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora:** entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 5-33, jan./jun. 2001.

ARAUJO, Cicero. **Interesse, ética e política no serviço público.** 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.

Bourdieu, Pierre. In: THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151

CAPELATO, Maria Helena. **A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. História das Américas: fontes de abordagens historiográficas,** São Paulo, p. 114-136, 2015. ISBN 978-85-7732-271-8. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2378782>. Acesso em: 17 abr. 2023.

COUTO, Felipe Fróes; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: A TEORIA A PARTIR DE TEUN A. VAN DIJK.** XXI SEMEAD Seminários em Administração, [S. l.], p. 1-11, 5 nov. 2018. DOI ISSN 2177-3866. Disponível em: https://login.semead.com.br/21semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=781. Acesso em: 8 out. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DA SILVA, Antonio Edson Alves. **ANÁLISE DE DISCURSO NA REVISTA VEJA: o processo de legitimação discursivo-midiática do golpe de 2016**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 4, n. 11, p. 107-117, 2020.

DE ARMAS TEIXEIRA, João Vitor. **A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira**. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 8, n. 14, p. 415-431, 2023.

DE CARVALHO, J. M. (1993). **A nova historiografia e o imaginário da República. Anos 90**, 1(1), 11–21. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6115>

DE CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras, 2023.

DURO GUIMARÃES, Gleny Terezinha; CORRÊA DE PAULA, Marlúbia. **ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA: ENTRE A ANÁLISE DE CONTEÚDO E A ANÁLISE DE DISCURSO**. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 8, ed. 19, p. 677-705, dezembro 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.19.380>. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/380/233>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GONÇALVES, Rafaela Albuquerque. **O papel das revistas Veja e Carta Capital na formação da opinião pública brasileira acerca das manifestações populares**. Anagrama, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2013.

GOMES, Emanuel Pedro Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **A mídia como ator político: uma análise de textos da revista Veja sobre casos de corrupção política**. Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto), v. 63, n. 1, p. 81-111, 2019.

GOMES, Túlio Gonçalves; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. **Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital**. Organizações & Sociedade, v. 26, p. 457-485, 2019.

HERCOVITZ, Heloisa Golbspan. **O Neoliberalismo na Imprensa Brasileira. Estudo Exploratório Sobre o Noticiário de Economia da Revista VEJA**. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 17, n. 2, 1994.

História da imprensa no Brasil / Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, (organizadoras). – 2. ed., 1a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012. Vários autores. Bibliografia ISBN 978-85- 7244-402-6.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10., 3 a 5 jun. 2015, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: ALCAR, 2015, s.p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/encontrosnacionais/10o-encontro-2015/gthistoria-da-midia-imprensa/o-jornalimpressocomofonte-de-pesquisa-delineamentosmetodologicos/view>. Acesso em: 9 mai. 2023

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

MENEGUELLI, Gisella; FERRÉ-PAVIA, Carme. **El discurso de odio contra Dilma Rousseff desde la perspectiva semiolingüística**. *Revista Estudos Feministas*, v. 32, p. e87865, 2024.

MIGUEL, L. F. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**: Escola sem Partido e as leis

da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163> .

MOTTA, Eiaquim do Nascimento; VIAFORA, Daniel; RICHARTZ, Terezinha. **MARKETING POLITICO: revista Veja X PT**. Varginha. 2016.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil**. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 55-97, mar./jun. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O Brasil Republicano: O tempo da nova República**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da nova república: Da transição democrática a crise de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: 1, 2018. v. 5, cap. O lulismo e os governos do Pt: Ascensão e Queda, p. 414-445. ISBN 978-85-200-1379-3.

MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Editora FGV, 2022.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. 1999.

Por uma história política I [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido do Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas**. Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, Niterói, p. 1-26, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RIOUX, Jean Pierre. **Questões para história do presente**. In: CHAUVEAU, Agnès. *Questões para história do presente*. 1. ed. Bauru SP: EDUSC, 1999. cap. Entre história e jornalismo, p. 103-119. ISBN 2-87027-458-0.

ROSSATTI, João Paulo. O espaço neoliberal: uma análise do discurso dos editoriais da revista veja (1985-1989). *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 24, n. 38, p. 431-448, 2017.

SANTOS, G. S. dos. **O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação**. Práxis Educativa, [S. l.], v. 15, p. 1–19, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15348.066. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15348>. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, Carla Luciana. **A carta ao leitor de Veja: Um estudo histórico sobre editoriais**. INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 32, ed. 1, p. 89-107, 2009. DOI 1809-5844. Disponível em: <https://www.iedalyc.oig/pdf/698/69830991006.pdf> .Acesso em: 17 nov. 2023.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Maurício Severo. **A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879)**. Sacrilogens, Juiz de Fora, v. 11, n.1, jan./jun., p. 48-62, 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2014/07/10-2-5.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VAN DIJK, T. **El analisis crítico del discurso**. Anthropos, n. 186, 1999. 23-36.

ZICMAN, Renée Barata. **História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas**. História e Historiografia, São Paulo, v. 4, jan./dez., p. 89-102, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 18 jul. 2023